

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC

CURSO DE ENGENHARIA AMBIENTAL

CARINA CARNIATO

**METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS NA GESTÃO AMBIENTAL: ESTUDO DE
CASO DO CONSELHO GESTOR DA APA DA BALEIA FRANCA.**

CRICIUMA

2012

CARINA CARNIATO

**METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS NA GESTÃO AMBIENTAL: ESTUDO DE
CASO DO CONSELHO GESTOR DA APA DA BALEIA FRANCA.**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado para obtenção do grau de Engenharia Ambiental no curso de Engenharia Ambiental da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC.

Orientador: Prof. Dr. Carlyle Torres Bezerra de Menezes

CRICIUMA

2012

CARINA CARNIATO

**METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS NA GESTÃO AMBIENTAL: ESTUDO DE
CASO DO CONSELHO GESTOR DA APA DA BALEIA FRANCA.**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado pela Banca Examinadora para obtenção do Grau de Engenheira Ambiental, no Curso de Engenharia Ambiental da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC, com Linha de Pesquisa em Gerenciamento e Planejamento Ambiental

Criciúma, 30 de Novembro de 2012.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Carlyle Torres Bezerra de Menezes - Doutor - (UNESC) - Orientador

Prof. José Carlos Virtuoso - Mestre - (UNESC)

Prof. Rafael Martins - Doutor - (UNESC)

**Dedico este trabalho à minha mãe Cléia,
pelo exemplo, amor e dedicação.**

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pela vitória concedida e pelas inúmeras bênçãos.

Aos meus pais, Irineu, pelos valores repassados e pelo estímulo para estar sempre estudando, sempre me lembrando que o conhecimento é algo que ninguém pode tirar de você, e Cléia, por além de acreditar em mim, e me dar forças, ter trabalhado duro para que meu sonho se tornasse realidade.

Ao meu irmão Calvin, pela força nesta etapa.

A minha tia Mari, a quem carinhosamente chamo de Tata, por sempre ter me apoiado e estimulado nos momentos difíceis.

A todos os professores do curso, que contribuíram com a minha formação, em especial ao meu orientador Carlyle, pela paciência, atenção e conhecimento que me transmitiu.

A todos meus amigos e minha família, que acreditaram e participaram desta conquista.

**“Se não puder se destacar pelo talento,
vença pelo esforço.”**

Dave Weinbaum

RESUMO

Em uma análise superficial é possível observar que os ecossistemas costeiros encontram-se demograficamente ampliados, trazendo assim uma gama de diversidades sociais, culturais e econômicas. O resultado disto é o surgimento de inúmeras discussões, uma vez que muitos autores trazem a ideia de que o desenvolvimento sustentável está intimamente ligado a participação social. Desta forma a importância de metodologias que proporcionem esta integração e participação se tornam um instrumento de suma relevância. Assim o presente trabalho, utiliza uma metodologia que conta com pesquisa documental baseada em atas, legislações, decretos, bem como, análises qualitativas de atuação e representatividade do conselho gestor na tomada de decisões. Destaca-se que o principal objetivo da pesquisa foi o de avaliar os avanços e identificar as dificuldades e barreiras encontradas nos processos de gestão ambiental em unidades de conservação de uso sustentável, com ênfase na APA da Baleia Franca, que tem seu conselho gestor instituído desde 2006. Os resultados obtidos apontam os seguintes aspectos: a representatividade do conselho gestor e como é instituído, considerando os objetivos, princípios, atribuições e competências; a metodologia e estrutura de suas plenárias e o ordenamento nas tomadas de decisões. Por fim, os resultados caracterizaram a importância de metodologias participativas nestes ambientes e o fortalecimento da importância e atuação do conselho gestor, de modo a contribuir com o desenvolvimento econômico social e sustentável da região. A análise documental das atas evidenciou o respeito aos preceitos democráticos, em processo de construção e consolidação de espaços públicos participativos, onde as instituições conselheiras representam as diversas interfaces da sociedade, com as suas diferentes visões e interesses, e em seu conjunto buscam a proteção ambiental e a sustentabilidade do território da APA da Baleia Franca. A metodologia adotada nas plenárias, além de possibilitar a manifestação dos conselheiros e da sociedade como um todo, contribui para o processo de construção e fortalecimento de espaços públicos não estatais e para proposição de políticas públicas ambientais, na perspectiva da gestão sustentável dos recursos naturais de forma democrática e participativa.

Palavras-chave: Gestão Pública Ambiental. Gerenciamento de Ambientes Costeiros. Desenvolvimento Sustentável. Participação Social.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Estratégia Básica para construção de planos de ação participativos.....	33
Figura 2: Limites da Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca	45
Figura 3: Reunião do Conselho Gestor da APA BF	48
Figura 4: Estrutura na tomada de decisões do CONAPA BF	50
Figura 5: Apresentação das temáticas ao Conselho Gestor da APA BF.....	52

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Instrumentos de operacionalização da gestão costeira no Brasil.....	20
Quadro 2: Elementos básicos para a implementação do Gerenciamento Ambiental Integrado.....	22
Quadro 3: Contribuições metodológicas no fortalecimento de espaços públicos socioambientais.....	24
Quadro 4: Fases de Planejamento de uma APA.....	36

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANA	Agência Nacional de Águas
APA BF	Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CONAPA	Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental
CDB	Convenção da Diversidade Biológica
CIRM	Comissão Interministerial para os Recursos do Mar
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e tecnológico
CT	Câmara Técnica
EPAGRI	Empresa de Pesquisa e Difusão Tecnológica Do Estado De Santa Catarina
GAI	Gerenciamento Ambiental Integrado
GI-GERCO	Grupo de Integração do Gerenciamento Costeiro
GT	Grupo de Trabalho
IBDF	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
MMA	Ministério do Meio Ambiente
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PAF	Plano de Ação Federal
PEGC	Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro
PGZC	Plano de Gestão da Zona Costeira
PMGC	Planos Municipais de Gerenciamento Costeiro
PNGC	Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro
PSRM	Plano Setorial para os Recursos do Mar
RQA-ZC	Relatório de Qualidade Ambiental da Zona Costeira
SEMA	Estações Ecológicas pela Secretaria Especial de Meio Ambiente
SISNAMA	Sistema Nacional do Meio Ambiente
SIGERCOM	Sistema de Informações do Gerenciamento Costeiro e Marinho
SMA	Sistema de Monitoramento Ambiental da Zona Costeira
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
UC	Unidade de Conservação
UICN	União Internacional para a Conservação da Natureza

UFSC Universidade do Extremo Sul Catarinense
ZEEC Zoneamento Ecológico-Econômico Costeiro

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 REFERENCIAL TEÓRICO	13
2.1 GESTÃO PÚBLICA AMBIENTAL.....	13
2.2 O GERENCIAMENTO COSTEIRO INTEGRADO E PARTICIPATIVO.....	15
2.3 METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS E PROCESSOS EDUCATIVOS.....	23
2.4 GESTAO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	27
2.5 A CRIAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DA AREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DA BALEIA FRANCA	35
2.6 A CONTRIBUIÇÃO DA UNIVERSIDADE PARA GESTAO PÚBLICA DOS RECURSOS NATURAIS EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO.	39
3 METODOLOGIA	43
3.1 DELIMITAÇÃO DA ÁREA DA PESQUISA	45
6 RESULTADOS E DISCUSSÕES	45
7 CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES	53
REFERÊNCIAS	55
APÊNDICE(S)	60
APÊNDICE A – TERMO LIVRE DE CONSENTIMENTO	61
APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO ELABORADO PARA PESQUISA	63
ANEXO(S)	69
ANEXO A –	70

1 INTRODUÇÃO

A História mostra que, o homem sempre esteve dependente ao meio ambiente, seja por exploração dos recursos naturais ou devido ao modelo de desenvolvimento econômico. O final do século XIX e início do século XX foram cruciais para o desenvolvimento de um novo modo de pensar e reagir frente aos problemas ambientais que cresciam. A noção de proteção de remanescentes de ambientes naturais, o desenvolvimento de novas ideias sobre as formas de proteção e a instalação de uma política de proteção à natureza em alguns países fortaleceram a visão de discussão e formas de preservação (CASTRO JUNIOR; COUTINHO; FREITAS, 2009).

Ademais, segundo os autores citados anteriormente, esta evolução no conceito de conservação ambiental, abre alguns questionamentos: Como os atores sociais envolvidos neste processo de degradação atuam? Quais os benefícios e implicações da proteção à natureza? Existem características específicas das áreas protegidas que facilitam uma gestão eficiente e equânime?

Desde que a sociedade se fortaleceu via democracia, conceitos como transparência, participação, e controle social se tornaram assuntos constantes, embora tragam consigo muitos desafios. Os problemas que envolvem a participação social obtiveram melhores resultados, porém só podem ser solucionados pela negociação e aperfeiçoamento de estratégias, com isso a forma de abordagem e o enfrentamento dos problemas ambientais mudou, se aprimorou (SANTOS, 2005).

A participação social vem sendo alvo de discussão de diversos programas nas dimensões do desenvolvimento sustentável. E cada vez mais programas que proporcionem a integração na gestão tornam-se essenciais. Dessa forma, este trabalho busca introduzir uma discussão sobre as interfaces que envolvem o planejamento e gestão de uma área que é aparada por diversas adversidades, conflitos e preceitos, que é a unidade de conservação de uso sustentável.

O contexto deste estudo aborda uma discussão sobre as metodologias participativas na tomada de decisões a partir da análise da experiência do conselho gestor da APA BF.

O objetivo geral foi avaliar os avanços e identificar dificuldades e barreiras encontradas nos processos de gestão ambiental em unidades de conservação de uso sustentável com ênfase em uma APA – Área de Proteção Ambiental, com estudo de caso na APA da Baleia Franca, Santa Catarina.

Os objetivos específicos foram os de 1) Realizar uma investigação sobre os processos gestão pública ambiental em unidades de conservação de uso sustentável em ambientes marinho-costeiros no Brasil, 2) Resgatar algumas experiências de gestão de unidades de conservação marinho-costeiras do Brasil, 3) Discutir o papel da universidade para a gestão pública ambiental em unidades de conservação 4) Buscar interpretar os dados obtidos resgatando as ações e contribuições no processo de criação e consolidação do conselho gestor da APA da Baleia Franca, e a sua relação com o desenvolvimento sustentável deste espaço.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Considerando a temática escolhida para a pesquisa, a abordagem inicial será realizada sobre os aspectos principais de gestão pública ambiental, seguido dos demais fundamentos teóricos necessários para suportar o trabalho desenvolvido.

2.1 GESTÃO PÚBLICA AMBIENTAL

Muito se acreditou, que a não exploração dos recursos naturais impede o desenvolvimento de um território. É neste sentido que o conceito de utilização sustentável de recursos ganhou notoriedade, sendo discutido em diversas esferas governamentais.

A questão ambiental tornou-se objeto dos movimentos sociais: a Organização das Nações Unidas (ONU) tornou-se fórum fundamental, promovendo conferências e discussões; a União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN) tem contribuído para categorizar áreas de proteção a partir de critérios científicos; o Programa Homem e o Biosfera da Unesco (Programa MaB) vem utilizando como instrumento as reservas da biosfera, pesquisa cooperativa e proteção do patrimônio; a Convenção da Diversidade Biológica (CDB) - fruto de discussões internacionais, avançando na conservação e na democratização da discussão ambiental, e o Banco Mundial, que juntamente com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e demais agências internacionais, foram fundamentais no financiamento do esforço de conservação, gerando força política. (CASTRO JUNIOR; COUTINHO; FREITAS 2009).

Essa multiplicidade de ações gerou e impulsionou uma nova forma de pensar sobre o manejo dos recursos, por estar diretamente ligados às políticas nacionais, sejam por envolver limites territoriais e suas diferentes jurisdições, ou, por desencadear conflitos, situações que sejam de interesse de várias organizações ou comunidades.

Nesse contexto, a gestão ambiental pública corresponde às atividades dedicadas ao gerenciamento de um local, seja cidade ou região, por exemplo, na perspectiva da melhoria da conservação de sua qualidade ambiental, tanto no

espaço urbano como em sua área de influência. É constituída pelo conjunto das atividades técnicas, administrativas, legais e normativas, unidas à mobilização da comunidade em prol da conservação ou recuperação do ambiente. A educação ambiental se configura como instrumento estratégico para concretização do controle social. Neste contexto, poder público e a sociedade civil se complementam. O Poder Público é o principal responsável pela garantia de um ambiente ecologicamente equilibrado, para isso a Constituição de 1988 determina incumbências ao mesmo para assegurar a efetividade desse direito, cabe a ele, portanto, por meio de suas diferentes esferas, evitar interesses privados, e mediar conflitos, com ações que vão desde o ordenamento e controle do uso dos recursos ambientais até a reparação e a prisão de indivíduos pelo dano ambiental (QUINTAS 2006).

O autor ainda refere-se à importância da participação dos atores sociais quando falamos em gestão pública, existentes em todo o território por variadas formas de organização, formando grupos com características específicas ou interesses em comum, e na sua grande maioria, presentes nos conflitos sociais, já que todo conflito tem como objetivo a disputa de algum recurso, e que não se tem notícia de sociedade sem conflitos.

Gestão ambiental, portanto, é vista aqui como o processo de mediação de interesses e conflitos (potenciais ou explícitos) entre atores sociais que agem sobre os meios físico-natural e construído, objetivando garantir o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, conforme determina a Constituição Federal. (QUINTAS, 2006, p. 30).

Para o autor, é neste contexto que a gestão ambiental participativa ganha destaque.

Com o enfoque para a gestão participativa, Santos (2005) traz a democracia como um dos fatores principais na participação dos espaços públicos. Nas últimas décadas, o preservacionismo prevaleceu na ditadura militar, mas a partir de 1980 o ambientalismo desencadeou movimentos sociais, com interesses em comum dando uma nova forma de visão dos problemas ambientais e do desenvolvimento sustentável: o socioambientalismo, amadurecendo a forma de visão ambiental, social e econômica. Isto trouxe a percepção de que as políticas públicas devem levar em consideração os contextos socioculturais das populações locais em sua diversidade; neste sentido, iniciativas de ONGs e outras organizações de base local

procuravam associar desenvolvimento e conservação. A criação do projeto de tecnologias alternativas defendia a prática de uma agricultura ecologicamente sustentável, socialmente justa e economicamente viável, com a construção social de alternativas produtivas e tecnológicas.

As políticas públicas, portanto intercedem na gestão ambiental, com diretrizes, princípios que norteiam a ação do poder público com a sociedade.

2.2 O GERENCIAMENTO COSTEIRO INTEGRADO E PARTICIPATIVO

O gerenciamento costeiro é uma forma de administrar tudo que acontece em determinado território, e tudo que o compõe, considerando os recursos e tudo que faz parte deste ambiente, incluindo a sociedade, sendo esse um aspecto complexo, pois envolve diferentes pontos de vista sobre o mesmo ângulo.

A Zona Costeira brasileira é definida na Lei 7.66/1998 como sendo “o espaço geográfico de interação do ar, do mar e da terra, incluindo seus recursos renováveis ou não, abrangendo uma faixa marítima e outra terrestre”.

O Decreto 5.300/2004, que regulamenta a Lei nº 7.661/ 1988, e instituiu o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro – PNGC, dispõe sobre regras de uso e ocupação da zona costeira. No seu Art. 7º define instrumentos, de forma articulada e integrada, sendo que alguns merecem destaque:

I - Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro - PNGC: conjunto de diretrizes gerais aplicáveis nas diferentes esferas de governo e escalas de atuação, orientando a implementação de políticas, planos e programas voltados ao desenvolvimento sustentável da zona costeira;

II - Plano de Ação Federal da Zona Costeira - PAF: planejamento de ações estratégicas para a integração de políticas públicas incidentes na zona costeira, buscando responsabilidades compartilhadas de atuação;

III - Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro - PEGC: implementa a Política Estadual de Gerenciamento Costeiro, define responsabilidades e procedimentos institucionais para a sua execução, tendo como base o PNGC;

IV - Plano Municipal de Gerenciamento Costeiro - PMGC: implementa a Política Municipal de Gerenciamento Costeiro, define responsabilidades e procedimentos institucionais para a sua execução, tendo como base o PNGC e o PEGC, devendo observar, ainda, os demais planos de uso e ocupação territorial ou outros instrumentos de planejamento municipal;

V - Sistema de Informações do Gerenciamento Costeiro - SIGERCO: componente do Sistema Nacional de Informações sobre Meio Ambiente - SINIMA, que integra informações georreferenciadas sobre a zona costeira;

VI - Sistema de Monitoramento Ambiental da Zona Costeira - SMA: estrutura

operacional de coleta contínua de dados e informações, para o acompanhamento da dinâmica de uso e ocupação da zona costeira e avaliação das metas de qualidade socioambiental;

VII - Relatório de Qualidade Ambiental da Zona Costeira - RQA-ZC: consolida, periodicamente, os resultados produzidos pelo monitoramento ambiental e avalia a eficiência e eficácia das ações da gestão;

VIII - Zoneamento Ecológico-Econômico Costeiro - ZEEC: orienta o processo de ordenamento territorial, necessário para a obtenção das condições de sustentabilidade do desenvolvimento da zona costeira, em consonância com as diretrizes do Zoneamento Ecológico-Econômico do território nacional, como mecanismo de apoio às ações de monitoramento, licenciamento, fiscalização e gestão;

IX - macrodiagnóstico da zona costeira: reúne informações, em escala nacional, sobre as características físico-naturais e socioeconômicas da zona costeira, com a finalidade de orientar ações de preservação, conservação, regulamentação e fiscalização dos patrimônios naturais e culturais.

Toda essa preocupação com aparato e princípios que visam assegurar a proteção da zona costeira, expresso através do Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC), demonstra o compromisso do Governo Brasileiro com o desenvolvimento sustentável. A finalidade primordial é o estabelecimento de normas gerais visando à gestão ambiental da Zona Costeira do País, lançando as bases para a formulação de políticas, planos e programas estaduais e municipais. Buscando, basicamente, ordenamento do uso dos recursos naturais e da ocupação dos espaços costeiros, o estabelecimento do processo de gestão, de forma descentralizada e participativa, a incorporação ambiental nas políticas setoriais voltadas à gestão integrada, o controle sobre os agentes causadores de poluição ou degradação ambiental. Esses objetivos visam à orientação de gestão de ambientes costeiros nos níveis federais, estaduais e municipais, compatibilizadas às políticas públicas visando integrar o poder público, a sociedade organizada e a iniciativa privada, como também promover o fortalecimento das entidades envolvidas no gerenciamento e a integração entre instituições de ensino e pesquisa (BRASIL, 1997).

As responsabilidades das ações previstas no PNGC são distribuídas em nível federal, estadual e municipal. Sendo a nível federal o Ministério do Meio Ambiente (MMA), o responsável pela implantação do PNGC, tendo um Grupo de Integração do Gerenciamento Costeiro com articulação e apoio no âmbito federal (GI-GERCO), um Subgrupo de Integração dos Estados, vinculado ao GI-GERCO, para promover a integração em todas as questões relativas ao Gerenciamento Costeiro. Os níveis estaduais, na esfera de suas competências, planejarão e

executarão suas atividades em articulação intergovernamental, com os municípios e com a sociedade, obedecendo às normas legais federais e o PNGC. Da mesma forma, os Municípios, planejarão e executarão observadas as normas e os padrões federais e estaduais (BRASIL, 2004).

Esta primeira versão do PNGC trouxe uma definição que propunha medidas quantitativas fixas na delimitação da zona costeira, mas ao passar pela aplicação prática, revelou-se problemática e de difícil operacionalização, devido à costa brasileira abrigar situações variadas (PROJETO ORLA, 2002).

Em 1997, a revisão do PNGC trouxe o PNGC II como forma de dar continuidade às ações, de consolidar os avanços obtidos e possibilitar seu aprimoramento, sua revisão buscou trazer o PNGC às práticas atuais, incorporando novas demandas surgidas no âmbito da sociedade, representado nos documentos gerados pela Conferência das Nações Unidas, conhecida como RIO-92, destacando a Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e a Agenda 21 (BRASIL, 1997).

Isto também mostrou a necessidade de se analisar as questões qualitativas e não apenas quantitativas do território costeiro.

A Lei nº 13.553/2005 Institui o Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro e visa a orientar a utilização racional dos recursos naturais da Zona Costeira Estadual, onde os municípios poderão instituir, por lei, os respectivos Planos Municipais de Gerenciamento Costeiro – PMGC.

A articulação que envolve o PNGC necessita ser integrada, e é neste perfil que o Gerenciamento Ambiental Integrado (GAI) ganha destaque, tornando-se um dos escopos mais utilizados nas perspectivas de planejamento. O GAI é baseado no conceito de regiões, neste caso as costeiras, que necessitam ser gerenciadas holisticamente, considerando o sistema ambiental como um todo ao invés de certos elementos, realizando interconexões entre os sistemas físico e social. Funciona como um instrumento estratégico, que analisa, previamente, os sistemas e direciona o planejamento, sendo a interatividade a sua componente operacional chave (PALERMO, 2006).

Quando se trata de gestão integrada e participativa a ideia principal é que se inicie um planejamento de nível hierárquico menor para o maior, no qual a gestão se inicia a nível local, integrando aos poucos as demais esferas estaduais e federais,

com estilo de planejamento e gestão sem caráter autoritário.

Visando ações estratégicas para a integração de políticas públicas incidentes na zona costeira, o Plano de Ação Federal (PAF) surgiu na busca de responsabilidades compartilhadas de atuação para o planejamento e gestão definidos através de aspectos legais, materiais e estratégicos de atuação (PROJETO ORLA, 2002, p. 6).

Desta forma, Voivodic (2007) aponta o Projeto Orla como o projeto de Gerenciamento Costeiro mais recente, que visa o aumento da eficiência da gestão da orla, e busca atuar na gestão dos conflitos socioambientais que se manifestam na orla marítima regulamentando usos e estimulando alternativas econômicas sustentáveis.

O Projeto Orla é uma iniciativa do governo federal, supervisionado pelo Grupo de Integração do Gerenciamento Costeiro (GI-GERCO) da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM). Com objetivo de dar uma nova abordagem ao uso e gestão dos terrenos, traçando uma estratégia de descentralização de políticas públicas no espaço da orla marítima. Entre seus objetivos estratégicos, a capacidade de atuação e articulação de diferentes atores na gestão integrada da orla contribui para ordenamento e ocupação deste espaço; outro objetivo é articular através de mecanismos institucionais a gestão integrada e estimular atividades socioeconômicas sustentáveis a nível nacional, regional e local (PROJETO ORLA, 2002).

O Projeto Orla centrou as atenções na zona costeira do país, buscando na descentralização a melhor forma de planejar e atuar nessas áreas. De origem federal, o Projeto concebe o nível municipal como o seu foco de ação, tendo os governos locais como os seus agentes executivos básicos. Esta forma de gestão é imprescindível, já que, de acordo com o PROJETO ORLA (2002), o território brasileiro apresenta grande concentração populacional de atividades produtivas na zona costeira, com uma rede de cidades espalhadas pelo litoral, considerando fundamental também as cidades que se localizam a 200 quilômetros da costa, onde estão localizadas as mais importantes instalações industriais do país. O litoral abriga notáveis ecossistemas essenciais para a manutenção da vida, além do patrimônio natural e cultural que é de grande valor ambiental. O crescimento do turismo como

atividade econômica trouxe consigo um adensamento e ocupação em locais até então preservados, importante destacar também que é na faixa litorânea que se encontra situada uma parcela significativa dos bens públicos. Para garantir a sustentação e a vitalidade destas três funções (econômica, ecológica e sociocultural) no espaço litorâneo, tornam-se necessárias ações de planejamento e gestão para a integração das mesmas, de modo a reduzir conflitos e eliminar antagonismos.

Com o intuito de criar e fortalecer novos sistemas de gestão integrada e participativa e contribuir com ações preventivas e proativas para um novo estilo de desenvolvimento local e territorial, o Observatório do Litoral adentrou neste ambiente universo de gestão da zona costeira, coordenando uma rede de apoio técnico-científico ao Ministério Público Federal e Estadual. Tudo isto evidencia a necessidade de integrar o processo de gerenciamento costeiro às ações de gestão de outros setores de atividade socioeconômica, tendo em vista a promoção de um estilo de gestão democrático-participativa de conflitos relacionados à apropriação dos recursos ambientais existentes na zona, e o conseqüente fortalecimento da cidadania ambiental no País (OBSERVATÓRIO DO LITORAL, 2012).

A preocupação com o gerenciamento integrado das zonas costeiras encontra suporte no âmbito internacional na Agenda 21, que é definida como um instrumento de planejamento participativo para a construção de sociedades sustentáveis, e desenvolvimento sustentável em diferentes bases geográficas, que concilia métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica. Composto por governo e sociedade civil, envolve a implantação também de um Fórum de Agenda 21. O Fórum define os meios de implementação e as responsabilidades do governo e demais setores da sociedade local além de ser responsável pela construção de um Plano Local de Desenvolvimento Sustentável, que estrutura as prioridades locais por meio de projetos e ações de curto, médio e longo prazo (RIBAS; NOVAES, 2000).

Todas as propostas de planejamento visando o desenvolvimento sustentável, sobretudo a Agenda 21, ressaltam a importância da participação da comunidade, vista como todos os grupos sociais envolvidos, no processo de tomada de decisões, e, sobretudo na implementação de estratégias. Também os trabalhos científicos com vistas ao embasamento do planejamento e da gestão ambientais têm incorporado os enfoques participativos de forma cada vez menos informal e mais científica, desde a etapa do diagnóstico ou inventário das situações-problema. O pressuposto é que o conhecimento e a construção baseados na ação-reflexão-ação das

populações locais podem contribuir para eficácia do planejamento ambiental (RIBEIRO, 2001, p. 71).

Neste sentido, alguns instrumentos servem de base para gestão costeira no Brasil, como citados no quadro 1:

Quadro 1: Instrumentos de operacionalização da gestão costeira no Brasil.

BASES LEGAIS
<ul style="list-style-type: none">○ Art. 225 da Constituição Federal - estabelece a zona costeira como patrimônio nacional e área de interesse especial.○ Lei nº 7.661/88 - institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro.○ Lei nº 8.617/93 - dispõe sobre o mar territorial, a zona contígua e a zona econômica exclusiva e a plataforma continental brasileira.○ Resolução CIRM no 05/97 - detalha os aspectos operativos do PNGC II.○ Decreto nº 2.972/99 - instituiu o Projeto de Gestão Integrada dos Ambientes Costeiros e Marinhos no âmbito do MMA.○ Decreto nº 2.956 de 03/02/99 - institui o V Plano Setorial para os Recursos do Mar (PSRM) - 1999 – 2003 aborda articulação com o GERCO.○ Plano Plurianual PPA 2000-2003 - Programa Zoneamento Ecológico Econômico, Projeto de Gestão Integrada dos Ambientes Costeiros e Marinhos.○ Lei Estadual de Gerenciamento Costeiro - alguns estados já aprovaram suas leis estaduais para regular especificamente o zoneamento costeiro estadual.○ Decreto nº 5.300, de 7/12/2004 - dispõe sobre regras de uso e ocupação da zona costeira e estabelece critérios de gestão da orla marítima.
INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO
<ul style="list-style-type: none">○ Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro - PEGC – desdobramento do PNGC, em nível estadual, apoia a implementação da Política Estadual de Gerenciamento Costeiro.○ Plano Municipal de Gerenciamento Costeiro - PMGC – desdobramento do PNGC e do PEGC, apoia a implementação da Política Municipal de Gerenciamento Costeiro, guardando estreita relação com os instrumentos de

planejamento territorial municipal (planos diretores).

- Plano de Gestão da Zona Costeira - PGZC – instrumento para a formulação do conjunto de ações e programas, articulados e localizados, elaborados com a participação da sociedade, que visa orientar a execução do Gerenciamento Costeiro em diferentes níveis de governo (Federal, Estadual ou Municipal).

INSTRUMENTOS DE APOIO AO PLANEJAMENTO

- Zoneamento Ecológico-Econômico Costeiro - ZEEC – instrumento de apoio ao ordenamento territorial. Utiliza técnicas e mecanismos para oferecer subsídios à sustentabilidade ambiental do desenvolvimento da zona costeira.
- Sistema de Informações do Gerenciamento Costeiro e Marinho – SIGERCOM – sistema que integra e disponibiliza informações do PNGC com dados retirados de várias fontes: banco de dados, sistemas de informações geográficas e sensoriamento remoto.
- Sistema de Monitoramento – estrutura operacional de coleta de dados e informações, de forma contínua, visando acompanhar os indicadores de qualidade socioambiental.
- Relatório de Qualidade Ambiental – elaborado periodicamente pela coordenação Nacional do Gerenciamento Costeiro, a partir de relatórios desenvolvidos pelas coordenações estaduais, permitindo a avaliação da eficiência e eficácia das medidas e ações de gestão desenvolvidas.

Fonte: PROJETO ORLA (2002).

O planejamento, portanto, funciona como um instrumento de ordem interdisciplinar, com mecanismos e instrumentos, e funciona como pré-requisito dos processos de gestão, este, precisa ser amparado por uma política que possa fornecer suporte, estrutura e legalidade para ações traçadas nas metas e medidas estratégicas. (MARRONI; ASMUS, 2005).

Ainda, os autores salientam que o planejamento deve ser projetado para o futuro, a longo prazo, prevendo as necessidades do amanhã a fim de “organizar” com cautela, as ações hoje praticadas. Contando, outrossim, com a participação de

peças diretamente interessadas em seu processo de elaboração, consistindo o planejamento participativo, organizando opiniões e ideias diversificadas antes de agir.

Ainda no aspecto do gerenciamento ambiental integrado, aplicado aos demais ambientes, Palermo (2006) identifica duas formas básicas de interatividade: a colaboração dos atores no processo e a participação pública. Os atores, chamados de *stakeholders*, são aqueles indivíduos que têm algum interesse no sistema de análise, cidadãos comuns, representantes da comunidade. E destaca alguns elementos fundamentais para a prática do Gerenciamento Ambiental Integrado, de acordo com o quadro 2, que foram divididos em três categorias: a iniciação que agrega os elementos necessários para iniciar uma abordagem integrada; a operação que reúne elementos necessários para que o grupo trabalhe de maneira efetiva, e os Resultantes, que contemplam os fatores que contribuem para uma bem sucedida implementação de um planejamento coordenado e participativo:

Quadro 2: Elementos básicos para a implementação do Gerenciamento Ambiental Integrado.

Iniciação:
<ol style="list-style-type: none"> 1. A legislação deve estimular a abordagem integrada; 2. Recursos para adotar um planejamento participativo; 3. Atores demonstrar disposição para participar e colaborar com o processo; 4. Comitês com representatividade dos seus membros; 5. Pessoal qualificado para conduzir o projeto.
Operação:
<ol style="list-style-type: none"> 1. Comunicação clara entre os atores; 2. Regras entre os atores; 3. Atores identificam e gerenciam os conflitos de maneira eficaz; 4. Atores promovem consultas a sociedade em geral; 5. Gerenciamento das decisões é baseado em perfeito sistema de entendimento.
Resultantes:
<ol style="list-style-type: none"> 1. Os atores fomentam a liberdade de expressão e entendimento mútuo;

2. Estratégia flexível para implementação do GAI;
3. Atores devem apoiar as ações de implementação;
4. Deve-se ter um modelo para atingir os objetivos gerenciais;
5. Devem ser criadas estruturas para coordenação do processo decisório;
6. Apoiar o GAI com programas de educação e informação
7. Implementar ações para produzir confiança.

Fonte: Palermo (2006).

Portanto, é imprescindível que projetos contemplem todos os envolvidos, os que dependem dos recursos, os que habitam o entorno, e que serão direta ou indiretamente afetados pelas mudanças ocasionadas. Essa gestão necessita participação, novas ideias, discussões, e demais itens que são desenvolvidos com a conscientização. Esta, de acordo com Marroni e Asmus (2005) é uma prática educativa, que busca o aprendizado de um público alvo e também produção de novos conhecimentos, e é indispensável em um processo de gestão, onde a participação de grupos e organizações envolvidas no planejamento e tomada de decisões são fundamentais, assim a conscientização configura-se como uma etapa natural e necessária.

2.3 METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS E PROCESSOS EDUCATIVOS

No que se refere ao estudo de metodologias participativas e correlacionando-as com o processo de sensibilização por meio de processos educacionais, Dias (2004, p. 32) enfatiza que “A educação ambiental busca no fundo estimular o exercício pleno e consciente da cidadania (deveres e direitos) e fomentar o resgate e o surgimento de novos valores capazes de tornar a sociedade mais justa e sustentável”.

O sociólogo educador Paulo Freire também é citado por Seixas (2005) por sua importante contribuição sobre a pesquisa participativa. Freire (1999) sugere que se aumente a confiança das populações locais, pois, elas são capazes e devem construir suas próprias pesquisas e análises da realidade local, e apresenta em suas diversas publicações a ideia de que o indivíduo traz dentro de si a motivação para

posicionar-se de forma ativa diante da realidade, basta ser desafiado. Esta forma inovadora provoca uma verdadeira revolução nas concepções de educação, trazendo participação e ação nos moldes de educação e pesquisa, trazendo uma modalidade de pesquisa participativa, como definida por Thiollent:

Um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo (THIOLLENT 1986 *apud* SANTOS 2005, p. 101).

A participação torna-se uma importante ferramenta e é citada por diversos autores que debatem o assunto de gestão participativa, como Sachs (1986 *apud* MACEDO 2007, p. 294), que aponta: o poder de iniciativa conquistado pela comunidade; o espaço para experiências reais locais; o grau de simetria nas relações da sociedade civil com os diferentes níveis de governo e as forças de mercado; os mecanismos existentes para acordos e resolução de conflitos e; a natureza do processo de planejamento, como os principais indicadores de participação.

Diversos autores acreditam que a participação é a chave fundamental quando se trata de políticas públicas. Machado (2003) ao tratar da gestão pública das águas, já acreditava que a participação é uma parte importante na construção de uma nova forma de encarar a gestão pública, já que a aceitação é maior quando existe participação em todo processo de gestão de um projeto ou de uma política e quando todos os envolvidos têm a opção de escolher, sendo a população envolvida a própria gestora. Algumas características merecem destaque, como as citadas no quadro abaixo:

Quadro 3: Contribuições metodológicas no fortalecimento de espaços públicos socioambientais.

Valorização do diálogo:	Exercício da razão comunicativa, durante a produção de conhecimento, e valorização na troca de ideias entre indivíduos que se encontram em igualdades de condições, como educadores, educandos etc.
Valorização da diversidade:	Reconhecer a existência de diferentes “saberes”, onde mais do que aceitar a diversidade a grande

	motivação é aprender com a diversidade.
O sujeito é parte (ativa) do conhecimento:	O conhecimento não é algo pronto, é o resultado da ação da coletividade humana sobre o ambiente ao longo do tempo. Evidencia-se o papel do indivíduo como sujeito que determina a realidade vivida, que interage com ela e que contribui na sua estruturação.
Estimulo à participação:	Toda ação, parte do estímulo de alguém, o sujeito é promotor de mudanças. Estimular e vivenciar um processo participativo é praticar uma experiência que não se tem controle.
Reflexão é o centro:	Diversos aspectos da realidade devem se tornar o “problema elemento-chave” que gere uma reflexão sobre a realidade.
Intenção explícita de promover ações:	A produção de conhecimento é uma forma de gerar ação, promover mudança na realidade. O conhecimento mobilizado de forma coletiva gera um plano de ação.
Racionalidade:	O movimento do pensamento em relação ao mundo tem um grande potencial emancipador, as concepções de educação e pesquisa trabalham com base na racionalidade dialógica.

Fonte: Adaptado Santos (2005).

A gestão, portanto, deve ser integrada e participativa, à qual a essência principal é unir esforços para proteção de um ecossistema, promovendo o uso sustentável dos recursos naturais, delegando responsabilidade às comunidades envolvidas.

A participação social na defesa e gestão do meio ambiente institucionalizou-se por meio dos instrumentos e formas legais criados pela constituição de 1988, como os conselhos gestores, as audiências públicas e fóruns participativos (PARAISO, 2006, p. 143).

No Brasil, a criação e o manejo de áreas protegidas é dever do Estado, este deve contar com participação da sociedade civil, como determina o SNUC. Portanto conselhos gestores de unidades de conservação compostos por diferentes membros de esferas governamentais devem ser formados. Para Loureiro e Cunha (2008), os conselhos foram incorporados como espaços de consulta formalizando uma instância de gestão participativa, que norteará a prática de gestão através de

diálogos, intencionalidades, com exercício da cidadania e diferentes pontos de vista, que contribuirão para conformação de espaços públicos no qual Estado e sociedade civil estão subordinadas aos interesses coletivos. Tornando-se um importante instrumento de mediação entre interesses públicos e privados.

Neste sentido, Drumond (2002) enfatiza que além do conselho gestor e da população outros atores sociais como organizações governamentais e não governamentais, comerciantes, instituições de pesquisa, empresas interessadas na exploração de recursos ou de turismo, podem ter interesse em participar das discussões sobre a gestão das unidades de conservação, e esta pode ser a chave para que pessoas que são pouco valorizadas no contexto das políticas de gestão de unidades de conservação possam auxiliar nas discussões, reflexões, e no conjunto de ações para contribuir com o planejamento e monitoramento das unidades de conservação.

Para a autora, a implantação de programas de conservação da biodiversidade tem seu ponto frágil quando não há o real envolvimento das comunidades e sem empreendimento de mudanças nos quadros social e econômico, que é o interesse dessas comunidades pobres que residem no entorno das UCs. Assim, as UCs devem funcionar como articuladoras, através da difusão da informação, interagindo serviços sociais e ambientais e promovendo o fortalecimento comunitário.

Dessa forma a participação torna-se uma importante ferramenta de gestão para mediar conflitos. Para Marroni e Asmus (2005), a interdisciplinaridade pode ser a chave na forma de estruturar e planejar soluções locais, com ênfase global. É importante considerar que nada acontece de forma isolada, portanto é necessário chegar a um parâmetro comum, que beneficie projetos e diálogos entre indivíduos/comunidades, comunidades/poder público, entre políticas e ajustes, pois em muitos centros é possível observar que a população decidiu entrar em atividade e enfrentar os problemas locais coletivamente, convocando para ação o Estado, através de planos e estratégias que contribuirão somando esforços para conscientizar as iniciativas comunitárias. É o poder das comunidades, mostrando seu papel na tentativa de melhorar as condições de vida da população local.

Tão necessário quanto o fortalecimento do papel da comunidade e

envolvidos é o fortalecimento institucional. Este, de acordo com Santos (2005), seria aquele processo capaz de aumentar a capacidade das organizações para que consigam alcançar seus objetivos. A fragilidade das instituições favorece a ocorrência de conflitos pelo uso de recursos em comum, mas quando as regras e normas ocorrem em espaços democráticos favorecem a convivência entre atores cujos interesses são muitas vezes diferentes.

2.4 GESTÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

A lei 9985 de 18 de julho de 2000 que estabeleceu o SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação) trata da criação e gestão das Unidades de Conservação e o Decreto 4.340 de 22 de agosto de 2002 regulamenta os artigos da Lei e dá outras providências. O SNUC divide-se em três níveis distintos: federal, estadual e municipal, e em seu 6º art. confere atribuições aos seus órgãos.

A implantação deste Sistema pressupõe um processo de democratização da gestão ambiental, o que implica o aprendizado do modo como o Estado e os cidadãos devem exercer direitos e responsabilidades na sociedade atual. Nesse sentido, a Lei nº 9.985/00 constitui um avanço na mudança do modelo de gestão centralizada para uma gestão integrada e participativa das Unidades de Conservação brasileiras (BRASIL, 2003, p.2).

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC é a proposta de um sistema capaz de garantir a proteção de parte dos biomas brasileiros, a partir da gestão dos territórios, estabelecendo uma série de parâmetros para criação e manejo das áreas protegidas do país, com diversas categorias que variam quanto ao grau de proteção com aparatos jurídicos, técnicos e conceituais que permitem a gestão adequada das unidades de conservação e tomada de decisão das diferentes instancias envolvidas. O SNUC é um importante instrumento de gestão para o Poder Público e a sociedade, e é papel do Estado ser o condutor da política de áreas protegidas, porem essa gestão segundo deve ser realizado com participação da sociedade civil. É essencial a formação de conselhos gestores com diferentes esferas governamentais além de representantes da sociedade civil. (CASTRO JUNIOR; COUTINHO; FREITAS, 2009).

Para Brito (2000), o aumento no número de pesquisas científicas nas unidades de conservação tem permitido a melhoria do conhecimento dos ecossistemas naturais, auxiliado na formação dos funcionários das unidades e fortalecido o papel social das unidades, já que as pesquisas são mais facilmente perceptíveis pela maioria da população, além de uma grande aliada à conservação das áreas (por planejamento e comunicação). A parceria com instituições de pesquisa contribui no diagnóstico, por meio de pesquisadores que utilizam o local para realizar seus experimentos fornecendo dados que os administradores teriam dificuldade em obter com os recursos das unidades. Outro aspecto positivo é a tentativa de maior aproximação dos atores sociais com os administradores da unidade, buscando torna-la um agente facilitador e não dificultador.

Em 2001 foi criada a Agência Brasileira de Gerenciamento Costeiro, para contribuir com o desenvolvimento sustentável, com padrões que assegurem a sua integridade, qualidade e defesa de seu patrimônio cultural e natural. É uma organização da sociedade civil de interesse público, e atua como fórum de discussão independente. Auxilia, de forma independente, na implementação de ferramentas de planejamento, que contam com a participação de uma estrutura cooperativa, com peso científico que pode ir além da atual estrutura técnica governamental, além de, abrir portas para o envolvimento de universidades e institutos de pesquisas, permitindo que este sistema de gestão evolua como uma ciência que estabelece novas metodologias discutidas e publicáveis. (MARRONI; ASMUS, 2005).

Para Castro Jr; Coutinho e Freitas (2009), o papel das ONGs foi fundamental para a definição na política de conservação, influenciando sobre a legislação brasileira, destacando a lei que estabelece o SNUC. Esta por sua vez, estabelece uma série de parâmetros para a criação e manejo de áreas protegidas no país, assegurando a proteção de parte dos biomas brasileiros através de aparato técnico, jurídico e conceitual que facilitam a gestão.

Em meio a essas discussões é válido considerar que para Veira, Raud, Moraes (1998), ecossistemas que integram baías, estuários, manguezais, lagoas costeiras e presença de importantes remanescentes da Mata Atlântica tornam a região uma potencialidade econômica dos ecossistemas litorâneos, trazendo consigo a expansão do turismo de massas, agravamento dos índices de poluição

agroindustrial, entre outros problemas que tornam vítimas essas regiões costeiras. Estes fenômenos incentivaram os autores a utilizar alguns indicadores de algumas regiões para nortear um programa de gestão integrada do litoral.

Um dos locais escolhidos foi o litoral de Santa Catarina, por possuir três contextos socio ecológicos considerados importantes, principalmente o litoral sul: classificado como 14ª área crítica em termos de degradação ambiental no país. O complexo lagunar de Laguna serviu como importante laboratório para ações de ecodesenvolvimento, pelo fato de abrigar em 20 mil hectares de área inundada cerca de 20 mil famílias que dependem direta ou indiretamente da pesca. A exploração dos espaços litorâneos mediante técnicas de aquicultura poderia contribuir de forma substancial para a limitação dos processos de degradação destes ecossistemas. O repovoamento de ambientes naturais foi uma estratégia de ecodesenvolvimento utilizada pelos autores que voltaram um projeto para o repovoamento da lagoa com camarões marinhos, visando produtividade e configurando um cenário mais favorável para a fixação de pescadores na área.

Porém, as maiores dificuldades observadas pelos autores foram as modalidades predatórias no uso dos recursos, almejando rendimentos individuais máximos a curto prazo. Assim Veira, Raud, Moraes (1998), observaram como estratégia uma gestão baseada num sistema comunitário, orientado para a formação de um padrão de uso ecológico e socialmente sustentável dos recursos. A comunidade passou a tornar-se ponto de referência do processo de constituição de um novo estilo de gestão de ecossistemas litorâneos, contribuindo com a busca de um modelo a ser incorporado com as práticas de ensino, fortalecendo a capacidade de coordenação diferenciada, dentro e fora do ambiente acadêmico.

Diante deste caso é observado que a construção de estratégias realistas baseadas no desenvolvimento sustentável coloca-se diante de um desafio complexo, marcado por incertezas científicas e pelo processo lento de mudança sociocultural (VEIRA; RAUD; MORAES, 1998).

Porém, esta situação reforça a ideia de que projetos aliados à participação da comunidade têm mais chances de obterem êxito. O estudo de caso na lagoa de Ibiraquera realizado por Seixas e Berkes (2005) também mostra que para gestão de recursos naturais o sistema sociocultural e o ecológico devem ser

examinados de forma integrada, já que envolve comunidade e conflitos. Através de métodos de coleta de dados como entrevistas com informantes chaves, pesquisas em arquivos e observação participativa em campo, os autores analisaram tanto o ecossistema das lagoas, a forma que era realizada a pesca, quanto o colapso que a atividade interferia na vida das pessoas que pescavam no local. A lagoa, localizada no município de Imbituba, sempre serviu como fonte de renda ou subsistência para a comunidade local. Entretanto, a construção de estradas trouxe turistas, houve aumento da população e atividades relacionadas com o turismo criaram oportunidades de trabalho na área, além de dominar a economia na maioria das comunidades.

Os conflitos se iniciaram devido às formas de captura do pescado, inicialmente as regras de pesca eram decididas localmente, e os grupos de pescadores eram os “tarrafeiros” – aqueles que pescavam com tarrafa (maioria) – e os “redeiros” – aqueles que pescavam com redes, essas formas de pesca sempre geraram conflitos entre os grupos. No final dos anos 70 todo estoque de peixes e camarões da lagoa praticamente desapareciam por vários meses, devido ao uso de malhas muito pequenas, e ao uso intensivo de rede de arrasto (SEIXAS; BERKES; 2005).

Neste meio, a colônia dos pescadores passou a desenvolver um papel no gerenciamento, e os pescadores locais, na sua maioria tarrafeiros, passaram a se organizar para garantir que a exploração destrutiva da lagoa por redes de arrasto fosse proibida. Com a eleição de um presidente para a colônia, que buscou contato com pesquisadores da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e da empresa de pesquisa e difusão tecnológica do Estado de Santa Catarina (EPAGRI) para contribuir com o desenvolvimento de projetos que repovoassem larvas de camarão. Através da Colônia, os pescadores locais foram bem-sucedidos, votaram e aprovaram mudanças na portaria de pesca, criando portarias específicas para a Lagoa e compartilhando assim o poder e a responsabilidade pelo gerenciamento da lagoa. Este estudo mostra que mudanças nos regimes de apropriação influenciam a sustentabilidade dos recursos, e que o uso sustentável de um território ou recurso depende da habilidade de transformar crises sucessivas experimentadas no manejo dos recursos em oportunidades para um novo ciclo de renovação institucional

(SEIXAS; BERKES; 2005).

Ainda trazendo o enfoque para estas situações que envolvem uso de recursos e população, é essencial fomentar o caso do Estado da Bahia, onde May e Pastuk (2002) apontaram o crescimento da ocupação na região, que a princípio estava ligado à pesca artesanal, à agricultura e ao extrativismo de marisco juntamente com a vocação turística, como uma explosão demográfica, com ocupação irregular crescente, e, conseqüentemente problemas socioambientais significativos. Essa transição que ocorreu quase de forma despercebida pelos agentes locais, os despreparou para se adaptar à nova realidade, trazendo interferências negativas no meio natural e cultural. Essas interferências, além de resultar em ameaças ao patrimônio natural, acabaram por descaracterizar culturas locais de população nativa, que modificam seu estilo de vida quando não estão preparados para conviver com padrões culturais diferentes dos seus, e trabalhar em atividades econômicas diferentes das que tradicionalmente tem realizado, neste caso, praticamente atividade turística.

Essa situação preocupou todos, sobretudo o poder público. O controle do meio ambiente na região costeira da Bahia estava a cargo de entidades governamentais distantes da realidade local e que não agiam de forma articulada com as prefeituras locais ou com o governo estadual. Ao mesmo tempo, as autoridades locais não estavam preparadas para gerir os problemas ambientais no seu âmbito e o desafio do governo do estado foi, principalmente, conciliar desenvolvimento econômico com preservação ambiental. A solução veio na criação de áreas de proteção ambiental, viabilizando a atuação do estado na esfera municipal, no que se refere ao planejamento do uso do solo. Já a gestão de tais áreas é considerada o maior desafio. O governo entendeu o potencial desse instrumento para conservação de valores e uso sustentável dos recursos naturais, essa percepção contribui para o desenvolvimento econômico do estado, já que o turismo é visto como dependente da conservação dos atrativos naturais e culturais (MAY; PASTUK, 2002).

A gestão destas áreas, todavia, não é tarefa fácil. As particularidades de cada município e os interesses de todos dentro da APA muitas vezes são incompatíveis, principalmente quando há muitos atores sociais envolvidos com os

processos de diálogo e negociação. A criação da APA não constitui em si condição suficiente para a resolução de conflitos socioambientais, apenas estabelece um instrumento para gerir o processo de desenvolvimento local, em harmonia com valores ambientais preestabelecidos. Conflitos semelhantes são identificados em muitas faixas costeiras em todo o território nacional, o exemplo citado sugere a importância da participação local no preparo de planos de gestão, que tende a garantir um maior compromisso por parte dos participantes referentes ao uso do solo (MAY; PASTUK, 2002).

Nestes casos, é importante analisar a complexidade e os problemas que aparecem no decorrer que vão além dos institucionais. Estas áreas que envolvem utilização de recursos, setores da sociedade e diversos atores estão em constante aprimoramento, uma vez que a gestão não funciona como uma receita pronta a ser seguida. Adversidades vão surgindo onde há interesses em comum, e a participação e integração representam um meio para superar os problemas servindo como incentivo à articulação de formas de planejar e gerenciar.

Ações com a realização de diagnósticos e planejamentos participativos puderam ser observada nos municípios de Mineiros (GO), cujo apoio inicial foi a elaboração da Agenda 21 local, e em Axixá (TO), onde se materializava a intenção de elaborar um plano municipal de desenvolvimento sustentável. Nos municípios analisados, o Diagnóstico Rural Participativo foi uma das metodologias utilizadas, este, de acordo com Seixas (2005), permite que o pesquisador seja um facilitador para que os habitantes locais façam a investigação, a análise e apresentação dos dados, num processo de aprendizado mútuo. Este método utilizado aflora uma nova concepção de como trabalhar o conhecimento, o que leva a novos procedimentos de pesquisa. As ferramentas e técnicas de mobilização passam a privilegiar espaços coletivos que não usam questionários prontos, e sim, diagramas visuais e interativos que vão sendo construído no desenrolar dos problemas e reflexões (SANTOS, 2005).

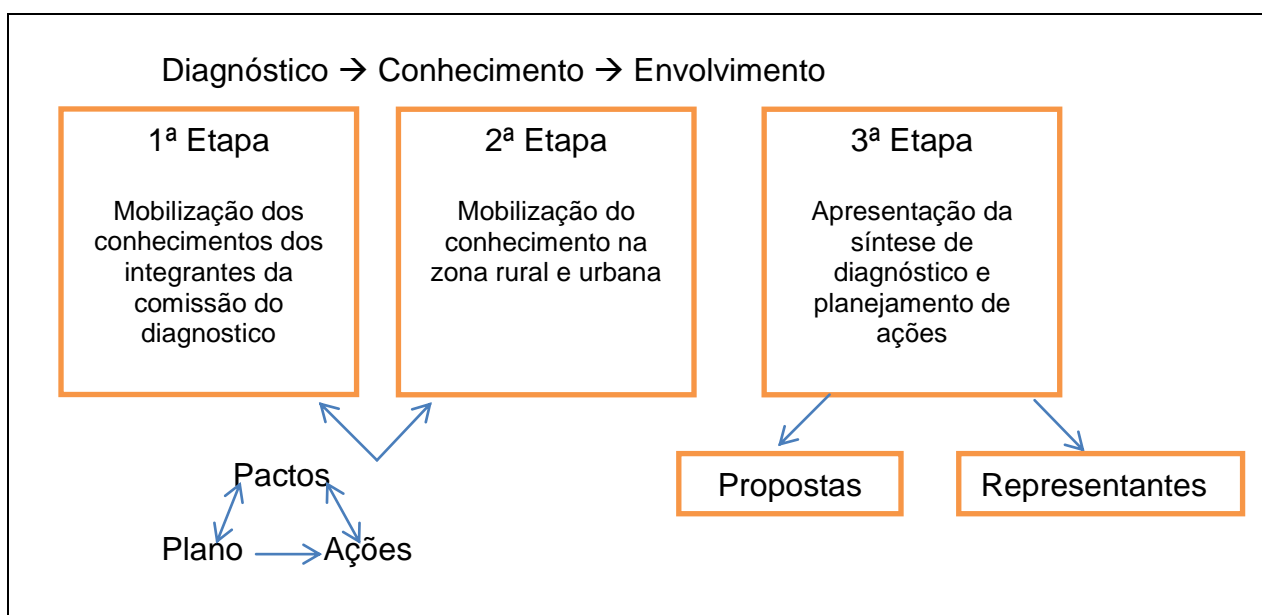
Os diagramas são representações gráficas de aspectos físicos, ecológicos, sociais e /ou econômicos de uma comunidade. As informações necessárias à elaboração de diagramas podem ser coletadas por meio de entrevistas individuais, discussão em grupo, observação participante e questionários curtos.(...) os diagramas podem ser elaborados sobre o chão ou sobre o papel, pelos próprios comunitários ou pelos facilitadores, com base nas

informações fornecidas pela comunidade. O importante é que se respeitem as informações transmitidas pelos comunitários e que a ilustração faça sentido para eles. (SEIXAS, 2005, p.93)

Os diagnósticos e planos serviram de referência para elaboração de projetos e percebe-se como o potencial mobilizador aliado a uma forma de organizar conhecimentos é capaz de desenvolver um processo educativo que traz nos indivíduos a vontade de atuar na transformação de sua própria realidade. (SANTOS, 2005).

A estratégia básica utilizada na metodologia dos municípios acima esta apresentada na figura 1:

Figura 1: Estratégia Básica para construção de planos de ação participativos



Fonte: Santos (2005. p. 104).

Santos (2005) ressalta que as pessoas se envolvem com mais compromisso naquilo que ajudam a construir. Na primeira etapa da estratégia, foi importante identificar as principais fases:

- Primeiro encontro, para levantar e colocar em discussão o conhecimento dos presentes, agrupando as informações por itens;
- Segundo encontro, para elaborar um roteiro aberto, semiestruturado para investigação a campo e sistematização das informações coletadas, construção

de uma postura investigativa pelo grupo;

- Terceiro encontro, para realizar a capacitação da comissão quanto aos princípios como definir as equipes com suas funções além de definir os locais e as técnicas a serem utilizadas.

A segunda etapa foi marcada pela realização de reuniões nos bairros/comunidades. O trabalho de campo sempre deve gerar reflexão sobre a realidade vivida, e a equipe responsável deve realizar uma sistematização das informações coletadas com descrição, problemas e potencialidades e relatar em texto, e em síntese de forma audiovisual de no máximo 20 minutos, servindo de base para o processo de reflexão e planejamento que se pretende estimular, além de ferramenta de publicidade. A terceira etapa serve para apresentação da síntese do diagnóstico e planejamento das ações. Após a conclusão dos trabalhos em grupo os participantes reúnem-se para escolher os representantes para o próximo processo: a plenária final, que consiste na apresentação das propostas tiradas nos grupos (SANTOS, 2005).

Com base na pesquisa de Faria (2000, p. 120), algumas reflexões devem ser destacadas:

- As intenções e representações históricas influenciam a natureza e a qualidade do processo, essas representações são formadas por posturas e expectativas criadas em torno do que se espera;

- A necessidade de incorporar novos atores traz uma flexibilidade do processo, com a necessidade de continuar progressivamente as propostas, envolvendo cada vez mais pessoas com diferentes visões, e trazendo a percepção de que um plano não é algo fixo, imutável;

- Quando se planeja a realização de um processo educativo é preciso prever continuidade;

- Em relação às ferramentas do Diagnóstico Rural Participativo, a pesquisa evidenciou que os instrumentos construídos ao longo de um diálogo, são simples, de fácil aceitação e favorecem a expressão das opiniões individuais.

- O plano não é o fim, mas o começo da ação, e para sua concretização é necessário manter as pessoas em sintonia e estimuladas a estarem cada vez mais incorporadas nas atividades que buscam a concretização das ações.

- Muitas são as dificuldades de caráter político, a habilidade de enfrentá-las é algo que deve ser conquistado pelos indivíduos envolvidos no processo. Apesar das dificuldades, a diferença de opiniões é valorizada, portanto, vale a pena enfrentar as dificuldades advindas dessa situação.

As experiências apresentadas são vertentes na gestão de outros ambientes costeiros, uma vez que muito desses conflitos são observados em diversos contextos do país.

2.5 A CRIAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DA AREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DA BALEIA FRANCA

Por meio do Decreto nº 3.254/00 foi proposto ao Ministério do Meio Ambiente a criação da Área de Proteção Ambiental (APA) da Baleia Franca. Com 159.100 ha de extensão, a área compreendida pela APA se estende da Ponta Sul da Praia da Lagoinha do Leste, Florianópolis, até a Praia do Rincão, no município de Criciúma, abrangendo cerca de 130 km de extensão na zona marinho-costeira, incluindo manguezais, áreas de restingas, dunas, florestas de planície quaternárias e ambientes lagunares, entre outros (IBAMA, 2003).

O Decreto 5.758/2006 que instituiu o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas amplia a ação do SNUC e junto com o mesmo, torna-se uma ferramenta de planejamento e ação para a gestão.

Segundo a Resolução CONAMA nº 428/2010:

Áreas de proteção ambiental são unidades de conservação destinadas a proteger e conservar a qualidade ambiental e os sistemas naturais ali existentes, visando à melhoria da qualidade de vida da população local e também objetivando a proteção dos ecossistemas regionais.

Desta maneira, o grande objetivo de uma APA é conciliar o desenvolvimento com as características ambientais da área, articulando interesses da sociedade civil, da iniciativa privada, dos governos (federais, estaduais e municipais) e dos setores econômicos.

O principal fator que diferencia uma APA das demais unidades de conservação é o fato de conciliar atividades humanas com a proteção ambiental, onde as terras permanecem sob o domínio dos proprietários mesmo sob restrições de uso de solo e dos recursos, buscando práticas de sustentabilidade que

promovam a convivência harmônica do ser humano e seus sistemas produtivos com o meio em que vive (CÔRTE, 1997).

De acordo com a autora, a APA tem um papel importante tanto no objetivo proteção de áreas como nos seus objetivos de participação na gestão, que buscam o desenvolvimento da área aliado à conservação dos seus valores e recursos ambientais.

O atual conceito de APA, assim como seu planejamento e gestão, procura englobar ecossistemas inteiros, de modo a proteger e recuperar a sustentabilidade de seus componentes, orientando o ordenamento territorial e o uso sustentável dos recursos naturais através de processos sociais que resultam na melhoria da qualidade de vida das comunidades locais. A gestão conduz processos dinâmicos e interativos entre o sistema natural e o social, a partir de um padrão de modelo de conservação, composta por ações, recursos e mecanismos jurídico, buscando uma postura pró-ativa de todos os atores envolvidos. (IBAMA, 2001).

De acordo com a cartilha do IBAMA (2001), a gestão em uma área de preservação significa exercer sobre ela um conjunto de ações políticas, legislativas e administrativas, onde o principal desafio dos interessados será desenvolver uma cultura organizacional, que promova trabalhos em equipes com as comunidades, com capacitação e produção, onde os impactos possam ser minimizados e os recursos satisfaçam as necessidades dos atores da APA. O planejamento e gestão de APAs constitui uma sequência de ações, que podem ser denominadas fases, cada uma com um período de planejamento e um de implantação, que garantam a evolução do conhecimento adquirido, experiência obtida na execução das atividades, aprofundamento na participação dos agentes e na maior consolidação dos objetivos da APA. Os principais enfoques das fases de planejamento são apresentados no quadro 4:

Quadro 4: Fases de Planejamento de uma APA.

Fase 1	<ul style="list-style-type: none">• Conhecimento sobre a APA;• Definir áreas estratégicas e homogêneas no território e estabelecer as normas;• Implementar o sistema de gestão;
--------	---

	<ul style="list-style-type: none"> • Iniciar as ações prioritárias de gestão da APA; • Priorizar as ações em caráter piloto nas áreas estratégicas
Fase 2	<ul style="list-style-type: none"> • Ampliar o conhecimento e as ações de proteção da biodiversidade para toda a APA; • Ampliar as ações prioritárias para toda a APA; • Definir o zoneamento da APA e as normas ambientais; • Estabelecer programas de ação para gestão; • Aperfeiçoar o sistema de gestão; • Promover a capacitação dos agentes.
Fase 3	<ul style="list-style-type: none"> • Aprofundar o conhecimento e pesquisa, e as ações de proteção à biodiversidade; • Promover o aperfeiçoamento do zoneamento e das normas ambientais; • O Plano de gestão se consolida para a proteção da biodiversidade e o desenvolvimento sustentável com alcance regional; • Ampliar a descentralização e autonomia do processo de gestão; • Promover o avanço institucional e criar mecanismos de geração de recursos econômicos.

Fonte: Adaptado de IBAMA, 2001. (p. 31).

Até o ano de 1989, os Parques Nacionais e Florestas Nacionais eram administrados pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal - IBDF e as Estações Ecológicas pela Secretaria Especial de Meio Ambiente - SEMA. A partir desse ano, com a criação do IBAMA, fruto da junção de quatro órgãos do governo federal: IBDF, SEMA, Sudhevea e Sudepe. As UCs passam a ser administradas por este órgão, então vinculado ao Ministério do Interior. A partir da criação do Ministério do Meio Ambiente - MMA em 2002 novos órgãos foram sendo vinculados a este, além do IBAMA: Agência Nacional de Águas – ANA, Jardim Botânico, Serviço Florestal Brasileiro – SFB. Em 2007 é criado o Instituto Chico Mendes de

Conservação da Biodiversidade – ICMBio, pela Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007, com as seguintes finalidades: I - executar ações da política nacional de unidades de conservação da natureza, referentes às atribuições federais relativas à proposição, implantação, gestão, proteção, fiscalização e monitoramento das unidades de conservação instituídas pela União; II - executar as políticas relativas ao uso sustentável dos recursos naturais renováveis e ao apoio ao extrativismo e às populações tradicionais nas unidades de conservação de uso sustentável instituídas pela União; III - fomentar e executar programas de pesquisa, proteção, preservação e conservação da biodiversidade e de educação ambiental; IV - exercer o poder de polícia ambiental para a proteção das unidades de conservação instituídas pela União; e V - promover e executar, em articulação com os demais órgãos e entidades envolvidos, programas recreacionais, de uso público e de ecoturismo nas unidades de conservação, onde estas atividades sejam permitidas (ICMBIO, 2012).

O ICMBio é um órgão executor do ministério do meio ambiente que integra o Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama). Tem a função de executar as ações do SNUC, “podendo propor, implantar, gerir, proteger, fiscalizar e monitorar as UCs instituídas pela União.” (ICMBIO, 2012)

Em reunião do Conselho Gestor APA BF, eles trazem a importância do ICMBio, com a missão de proteger o patrimônio natural e promover o desenvolvimento socioambiental; proteger o patrimônio natural brasileiro, por meio da gestão de UCs federais e da promoção do desenvolvimento socioambiental das comunidades tradicionais nas UCs de uso sustentável e promover a conservação da biodiversidade, por meio da pesquisa e gestão do conhecimento, da educação ambiental e do fomento ao manejo ecológico. Essa missão deve ser buscada por meio de Macroprocessos vinculados às Diretorias.

O diagnóstico realizado no estado de Santa Catarina revela o quão conflituosa é a relação das comunidades com as unidades de conservação. O despreparo varia tanto institucional (para acolher) quanto do gerencial (para executar), e as políticas participativas que o SNUC recomenda acabam enfraquecidas. O que surge como grande marco da gestão integrada é a implantação de Conselhos Gestores nestas áreas, que de maneira participativa apontem para a construção e manutenção das unidades de conservação (BRASIL,

2003).

2.6 A CONTRIBUIÇÃO DA UNIVERSIDADE PARA GESTÃO PÚBLICA DOS RECURSOS NATURAIS EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO.

As universidades contêm uma gama temática e pessoal disponível e qualificado que pode colaborar no levantamento e disponibilização de dados, oferecendo suporte, orientação e responsabilidade além de, como instituições de renome, oferecem confiança, arrojo e comprometimento. Tornam-se uma importante aliada no desenvolvimento de pesquisas e projetos, criando uma estima com atores envolvidos, facilitando o processo de gestão.

Como o estudo de caso na lagoa de Ibiraquera realizado por Seixas e Berkes (2005) citado anteriormente, que mostra a parceria com instituições de ensino e como contribuiu com o desenvolvimento de projetos que repovoassem larvas de camarão.

Essa forma de gerenciamento mostra como a forma de interpretar as dimensões sociais e ecológicas estão inter-relacionadas, já que uma influencia a outra. Conflitos sempre existem, já que algumas classes geralmente são beneficiadas, por terem mais recursos, ou por influência que exercem no meio, ou até mesmo por pensarem de forma singular, e não em benefício de todos e, esta forma é a que mais compromete o uso dos recursos, pois beneficia apenas um grupo seletivo, com lucro isolado, e não toda a comunidade que habita seu entorno.

E são nos conflitos que podemos analisar ambos os lados envolvidos, o mesmo objetivo observado nas diferentes formas de pensar. As formas de organização entram nesse contexto desempenhando um papel importante, como a “voz” dos interessados, exigindo, contribuindo e lutando pelos mesmos objetivos. No estudo citado por Seixas e Berkes (2005), a colônia é uma forma de organização que busca o benefício para a maioria da comunidade dependente dos recursos da lagoa, e o contato com coordenadores de outras instituições mostra que esta sintonia pode trazer benefícios para ambos, comunidade, instituição e universidade, já que projetos envolvidos requerem estudo detalhado no local.

O papel da Universidade já é discutido por diversos autores desde o século passado, Tremblay (2011), traz um enfoque sistêmico, ecológico e territorial sobre o engajamento da universidade no desenvolvimento comunitário, e salienta que as universidades passaram décadas valorizando pesquisas acadêmicas com publicações em periódicos científicos, mas que a extensão e os serviços à coletividade encontram-se estruturalmente frágeis.

A integração interdepartamental e interinstitucional é o único caminho que se visualiza para obtenção de sucesso para resolver problemas ambientais. Os movimentos isolados poderão ter sucesso, porém serão momentâneos. A eficácia é a integração e o continuísmo dos programas nas diferentes instituições e órgãos públicos (TORNISIELO, 2000, p. 167).

Outra forma de promoção de atividades integradas de pesquisa-ação é o Núcleo Transdisciplinar de Meio Ambiente e Desenvolvimento, que integrado ao Diretório de grupos de pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e tecnológico (CNPq) apoia a produtividade científica estabelecendo parcerias com bolsas de estudo.

Quando o conhecimento técnico/científico e o saber popular se unem com o objetivo de construir novas ações, é importante que o diálogo seja orientado pelo princípio do respeito aos acúmulos de cada um e à valorização do que lhes é complementar. (SANTOS, 2005, p. 138).

Pereira (2005) salienta que a sociedade se preocupa e questiona cada vez mais os trabalhos desenvolvidos no seu contexto. Os próprios estudos técnicos estão trabalhando cada vez mais com equipes multi e transdisciplinares.

O estudo voltado para a compreensão das condições gerais de viabilidade do desenvolvimento territorial sustentável analisado por Vieira et al (2011) na realidade do estado de Santa Catarina identificou alguns obstáculos que são encontrados em diversas partes do País, como:

- Uma coordenação deficiente no sentido de criação de sistemas de governança territorial sustentável;
- A ausência de mecanismos eficazes de mediação de conflitos de percepção e de interesses entre os atores sociais implicados nas dinâmicas de gestão do patrimônio natural e cultural, com vistas à criação de novas estratégias de desenvolvimento;
- Hábitos de dependência pelas comunidades locais;
- Desenvolvimento local favorecendo as classes médias da população.

Os autores apontam estas como uma das várias dificuldades que rodeiam a concretização de um novo estilo de desenvolvimento.

Para Tornisielo (2000), há a necessidade de ocorrer sérias mudanças nas Universidades, Órgãos Governamentais e não Governamentais e nos Movimentos Sociais, para que se tenha uma parceria que melhor atenda as ações dentro de um programa de gestão eficaz. Ainda, a autora acredita que para eficácia na relação comunidade e Universidades ou centros de pesquisa é necessário que a Educação Ambiental seja aplicada para resolver algumas questões.

Para a autora, o incentivo dos órgãos para formação de grupos multidisciplinares e mult institucionais tem sido muito grande atualmente, porém a aplicabilidade destes nos vários segmentos da sociedade tem sido impossível nas Universidades ainda cartesianas.

Buscando uma nova maneira de integração de conhecimentos Vieira et al. (2011), sugere que o conhecimento seja transdisciplinar, com uma visão sistêmica do mundo, e do reconhecimento da importância do diálogo de saberes nos espaços de planejamento e gestão. Cientistas, tecnólogos e leigos passam a conviver num processo de aprendizagem recíproca, em comunidades de aprendizagem, onde grupos de indivíduos, grupos sociais e comunidades se tornem capazes de perceber, compreender e lidar com sistemas sócio ecológicos, porém poucas são as instituições que se engajam nessa visão.

Para Daniel (2000), como parte atuante da sociedade, a Universidade não pode ficar à margem das discussões que a rodeiam. A capacidade intelectual, técnica e de equipamentos possibilita a Universidade o desenvolvimento de estudos envolvendo a simulação, prevendo diferentes cenários, participando com fornecimento de dados técnicos e elaborando estudos de caso, que, apresentados em determinado cenário, poderá atingir um maior consenso nas decisões.

Para mudar a estratégia de desenvolvimento local, Vieira et al (2011) frisam que a cultura de uma sociedade precisa ser transformada. As universidades exercem um importante papel nas estratégias de desenvolvimento, pois contam com espaços de pesquisa de alto nível, oferecem uma contribuição para qualificação da mão de obra, e com a parceria de empresas, agências governamentais e

associações, podem exercer um importante papel nos processos de inovação social. No Brasil, Canadá e outros países, docentes e pesquisadores universitários trabalham estimulando o desenvolvimento nas e das comunidades.

Com as atuais tendências destrutivas da sociedade, torna-se evidente a contribuição das Universidades nas estratégias de desenvolvimento local/territorial. Os pesquisadores universitários podem se associar às autoridades locais e aos atores da sociedade civil nas suas diversas esferas e maneiras, e processar uma perspectiva de aprendizado mútuo e de construção conjunta (VIEIRA et al, 2011).

No contexto da fundamentação teórica utilizada neste trabalho de conclusão de curso, buscou-se aplicar os conhecimentos adquiridos para o estudo do processo de criação, organização e consolidação do processo participativo de gestão de uma unidade de conservação de uso sustentável, contribuindo com o aprimoramento da análise, tendo como estudo de caso a APA da Baleia Franca.

3 METODOLOGIA

Inicialmente foi desenvolvido um referencial teórico embasado em autores que trazem diferentes temas que têm relação com os objetivos propostos e que contribuem para articulação de ideias. Para Marconi e Lakatos (2010, p.169), a pesquisa bibliográfica é o primeiro passo, e auxilia a conhecer em que estado se encontra atualmente o problema, que trabalhos já foram realizados a respeito e quais as opiniões a respeito do assunto. Pesquisar é se informar sobre algo que tenha interesse. É localizar e consultar fontes diversas

A investigação realizada para o presente trabalho se caracterizou-se como uma pesquisa qualitativa, que de acordo com Martins e Theóphilo (2009), é também conhecida como pesquisa naturalística, na qual o paradigma qualitativo é orientado para o processo, visando à síntese, com descrições não controladas e observação natural, e cuja preocupação é entender, compreender e descrever os comportamentos. Este tipo de pesquisa é fundamentalmente interpretativo. Pesquisadores qualitativos usam a teoria em seus estudos de várias formas. “Essa teoria dá uma explicação para comportamentos e atitudes e pode ser completada com variáveis, construções e hipóteses” (CRESWELL, 2007, p.141). Ela se enquadra no tipo de pesquisa descritiva, que têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis (GIL, 2002).

A escolha da pesquisa descritiva deve-se ao fato de ser um tipo de pesquisa que observa, registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos sem manipulá-los, buscando conhecer as diversas situações, trabalhando com os dados colhidos da própria realidade (CERVO; BERVIAN, 2002).

A técnica adotada para obtenção de dados foi análise documental, participação como ouvinte em uma das plenárias do conselho gestor e também observação não participante. Este, de acordo com Marconi e Lakatos (2010), o pesquisador presencia o fato, toma contato com a realidade estudada sem se deixar envolver pelas situações, faz o papel de espectador, sem se integrar à realidade estudada. Na premissa de se obter dados que trouxessem uma análise mais detalhada a pesquisa documental foi realizada. As fontes documentais permitem a

análise do perfil ao longo do tempo, com fontes primárias, cuja estratégia se caracteriza por estudos que utilizam documentos como fonte de dados, informações e evidências (MARTINS; THEÓPHILO, 2009).

As fontes de documentos analisadas foram arquivos públicos contendo publicações parlamentares, como atas, documentos, projetos de lei, e documentos oficiais como leis e relatórios. Estes documentos, de acordo com Marconi e Lakatos (2007, p. 51), constituem a fonte mais fidedigna de dados, na qual o pesquisador não exerce controle sobre a forma como os documentos foram criados.

A pesquisa documental baseou-se nas atas dos períodos de 2005 e 2012, sendo analisadas as atas 01 de 2005, 02 de 2006, 04 de 2006, 21 de 2010, 26 de 2012 e 27 de 2012. Esta pesquisa foi feita buscando informações variadas sobre os gestores bem como a evolução das discussões e assuntos sobre os objetivos propostos em pauta. A APA da Baleia Franca foi escolhida por apresentar uma área com importante representatividade, com desenvolvimento econômico favorável à indústria, comércio e turismo em um ambiente rico em diversidade de espécies, inserido em uma área de proteção que necessita fortalecer sua gestão integrada e participativa para seu desenvolvimento.

A forma de pesquisa utilizada para o trabalho foi a do estudo de caso, que é uma modalidade de pesquisa amplamente utilizada nas ciências biomédicas e sociais. Consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento (GIL, 2002).

O objetivo de um Estudo de Caso é desenvolver a capacidade de análise de uma situação concreta e de síntese de conhecimentos apreendidos (GOMES; POZZEBOM, 2011). “O Estudo de Caso possibilita a penetração na realidade social” (MARTINS; THEÓPHILO, 2009, p. 62).

Um questionário de perguntas abertas que possibilita investigações mais profundas e precisas combinado com respostas de múltipla escolha foi elaborado como instrumento de coleta de dados, para reforçar os resultados observados e possibilitar mais informações sobre o assunto. Em função dos trâmites e o tempo necessário no processo de submissão do questionário ao comitê de ética em pesquisas com humanos, não houve tempo hábil para que o questionário pudesse ter sido aplicado.

3.1 DELIMITAÇÃO DA ÁREA DA PESQUISA

O estudo compreende a Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca, com 159.100 ha de extensão, a área compreendida pela APA - BF se estende da Ponta Sul da Praia da Lagoinha do Leste, Florianópolis, até a Praia do Rincão, no município de Içara, abrangendo cerca de 130 km de extensão na zona marinho-costeira (BRASIL, 2000).

Figura 2: Limites da Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca



Fonte: baleiafranca, 2012.

6 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Conduzimos esta seção discorrendo os resultados do estudo acerca da tomada de decisão e a dinâmica do conselho gestor, visualizadas a partir da legislação e análise documental.

O conselho gestor da APA BF é formado considerando:

1. A representatividade regional dos três polos (regiões norte, central e sul da APA-BF);
2. A participação de entidades que representam os diferentes usos dos recursos e os diversos interesses na gestão da APA-BF;
3. A abrangência tanto de instituições transpolares (que têm atuação em dois ou mais polos) quanto de instituições locais (que atuam especificamente em uma região ou polo);
4. As instituições que representam as populações tradicionais e as que desempenham atividades voltadas à conservação e uso sustentável dos recursos (por estarem entre os objetivos de criação da APA).
5. O histórico de participação ativa da instituição no CONSELHO e suas instâncias: Comitê Executivo, Comitê Eleitoral, Câmaras Técnicas, Grupos de Trabalho.

O conselho gestor é composto por 42 membros, diversificando entre grupo dos usuários, instituições governamentais e não governamentais. Cada instituição é representada por um conselheiro e um suplente. A cada dois anos é realizada uma eleição para o conselho gestor. O desligamento do conselheiro acontece mediante três ausências consecutivas das plenárias, com aviso à entidade que este representa.

A proposição CONAPA BF N.º 02/2006, em seu 13º Art., instituiu no dia 04/12/2005 a reunião de formação do Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental de Baleia Franca. Nesta reunião foi proposta a formação do Grupo de Trabalho (GT) para elaboração do regimento interno, que não extrapolasse o decreto do SNUC, e a criação de GTs emergenciais, para conduzir os primeiros passos considerados emergenciais pelo diagnóstico da APA. A UC ainda não havia plano de manejo, e um grupo técnico é formado para fazer o diagnóstico das áreas prioritárias.

A proposição CONAPA BF N.º 02/2006 estabeleceu o Regimento Interno do

Conselho da APA da Baleia Franca, dispondo os objetivos, as atribuições e competências, princípios, avaliação e penalidades. O novo regimento interno do conselho gestor da Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca foi estabelecido através da proposição CONAPA BF Nº01/2010 e foi elaborado pelos próprios conselheiros.

A criação de Grupos de Trabalho - GTs tem como justificativa trabalhar com um grupo de profissionais de diferentes áreas do conhecimento e de atuação para substanciar o parecer da Câmara Técnica - CT sobre o processo.

As reuniões seguem um critério de fala, a cada assunto abordado, apenas os conselheiros têm direito à fala mediante o pedido da palavra, convidados e suplentes têm direito de falar caso o conselheiro intervir por eles.

As primeiras reuniões do Conselho Gestor foram mais organizacionais, a elaboração do regimento interno era o eixo das reuniões. A definição dos GTs auxilia nos primeiros passos para definir as emergências, e também para diagnosticar as áreas prioritárias.

As reuniões ordinárias ocorrem a cada quatro meses, com caráter consultivo, mas tendo uma pauta deliberativa. Toda manifestação verbal é registrada em atas.

Os informes sobre o uso do espaço e a programação do encontro são relatados no começo de cada reunião, sempre mediante aprovação de todos. A cada reunião a importância da participação e responsabilidade de cada um são ressaltadas.

As reuniões seguintes à primeira, iniciam com a leitura, modificações e aprovação da ata do encontro anterior. A segunda reunião procede na criação do regimento interno, como também a discussão da construção do Plano de Manejo da APA. Os conselheiros discutem a criação do plano de manejo, quais as atividades necessárias para dar continuidade. Cada assunto colocado em discussão é bastante fomentado para que fique claro a importância de se analisar sob diferentes pontos de vista, com formulações de novas propostas. A figura 3 apresenta o início da reunião do Conselho Gestor.

Figura 3: Reunião do Conselho Gestor da APA BF



Fonte: Da autora.

Toda equipe é incentivada a estar sempre participando dos GTs e cursos de capacitação são oferecidos. A participação de universidades no GTs reforça a ideia de que estas trarão as informações complementares necessárias para formulação de uma opinião do conselho em geral, além de colaborar com o potencial de pesquisa e capacitação o plano de manejo.

Os GTs têm a missão de propor diretrizes para avaliação de possibilidades de uso dentro do território da APA BF a partir de uma análise criteriosa de custo x benefício, de maneira que garanta a sustentabilidade deste território, de forma articulada e integrada, estabelecendo parcerias, elaborando estudos técnicos, relatórios e pareceres acerca dos conflitos reais e potenciais.

As câmaras técnicas – CTs - são colocadas como essenciais para o funcionamento do conselho, nas quais os assuntos deverão amadurecer e chegar ao órgão de forma mais propositiva.

A metodologia utilizada na escolha das CTs pelo Conselho Gestor funciona

de forma rápida e eficaz. As CTs definidas são:

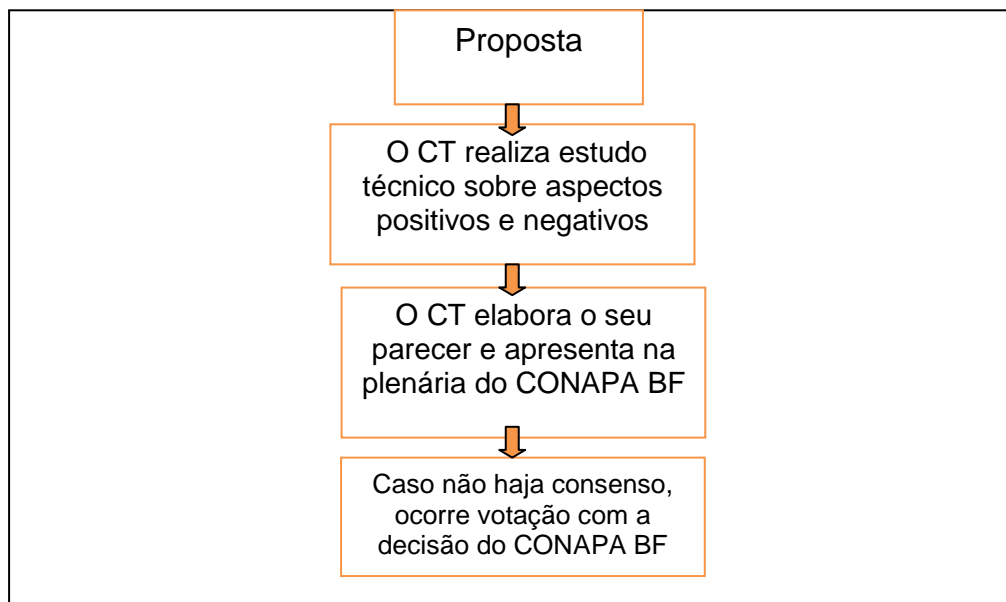
- 1) CT Conservação Da Baleia Franca;
- 2) CT Gestão Da Biodiversidade;
- 3) CT Gestão Territorial;
- 4) CT Proteção e Monitoramento;
- 5) CT Atividades Econômicas Sustentáveis.

Nas paredes eram colocados cinco cartazes, cada um identificando uma CT. Cada conselheiro poderia participar de até duas CTs, portanto, colando o nome da instituição que representam em até dois cartazes. Como cada CT poderia ter até sete membros, aquelas que ultrapassassem este número de candidatos fariam uma eleição entre si, tendo em vista manter a representatividade setorial e regional do Conselho.

Os grupos técnicos CTs são aqueles que analisam alguma proposta de uso e ocupação no território da APA BF, elaboram estudo com a equipe multidisciplinar, promovem reuniões, oficinas, captam recursos e parcerias com instituições de ensino e pesquisa para contribuir na elaboração de relatório com os impactos positivos e negativos e apresentar a análise nas reuniões do CONAPA.

A figura 4 ilustra o processo de atuação das câmaras técnicas, conforme análise das atas das reuniões do CONAPA BF.

Figura 4: Estrutura na tomada de decisões do CONAPA BF



Fonte: Elaborado a partir de análise documental.

Cada problema colocado em discussão permanece inicialmente sob análise de uma câmara técnica, que emite seu parecer e apresenta ao conselho, que decide por unanimidade ou votação.

Um exemplo de conflito vivenciado no processo de consolidação do conselho gestor foi o da análise do EIA/RIMA da proposta apresentada por uma empresa de mineração, para extração de conchas calcárias na lagoa do Camacho. Diante de tal proposição foi criado um Grupo de Trabalho (GT) no âmbito da Câmara Técnica (CT) de Atividades Econômicas Sustentáveis que estudou todos os aspectos ambientais e as ameaças mais significativas decorrentes da atividade sobre o meio ambiente. O parecer da CT fundamentado em estudos técnicos foi apresentado na plenária ao CONAPA BF, que diante das argumentações, tanto da Câmara Técnica e dos Conselheiros presentes na plenária, quanto dos representantes da empresa, decidiu por meio de votação pela não instalação da empresa mineradora no território da APA BF. Tal conflito constituiu-se como um importante marco no processo de consolidação do Conselho Gestor, reforçando o seu importante papel na análise e resolução de conflitos, bem como o seu empoderamento diante da necessidade na

tomada de decisões.

A evolução dos encontros é observada pelos próprios conselheiros, que nas mais atuais reuniões observaram os princípios ou diretrizes da APA, como a transparência nas ações, diálogo com os diferentes atores sociais, respeito ao cidadão e compromisso com a coisa pública. A metodologia foi aprimorada nas reuniões, que ocorrem na forma de debates em três blocos, com perguntas mediante a inscrição. Os conselheiros reconhecem que a APA tem um plano de ação não escrito, mas estruturado, que faz cumprir as leis de proteção ambiental com ações diárias, e o envolvimento com instituições de ensino e o trabalho de construção participativa é cada vez mais fortalecido, trazendo cada vez mais a visão de que o plano de manejo deve ser construído pelos envolvidos, vinculado à necessidade da gestão da unidade e não por uma instituição externa.

A participação dos prefeitos no processo mostrou os avanços nas relações entre a APA e prefeituras, tendo como fundamento a mudança de uma visão e a “soma de esforços” na busca de uma forma de desenvolvimento com sustentabilidade e justiça ambiental. O interesse das prefeituras, relatado nas atas, demonstra o interesse na participação e a busca por uma integração na administração.

O registro da ATA de 2012 traz as estratégias para participação do CONAPA BF no processo de elaboração do Plano de Manejo da Unidade, cuja metodologia utilizada para esta reunião foi dividida em três momentos. No primeiro momento, foi realizado um debate livre, com duração máxima de sessenta minutos e três minutos para cada manifestação. No segundo momento, com quarente minutos de tempo máximo, as propostas foram apresentadas. No terceiro momento foi realizada uma síntese das propostas, encaminhamentos e votações.

A discussão acerca da construção do plano de manejo é debatida em todas as reuniões, e todos reconhecem a importância da inserção do conselho gestor neste processo, sendo este, o espaço que os aproxima da sociedade.

As decisões do conselho gestor são tomadas com análise multidisciplinar das equipes, com diferentes pontos de vista acerca de um mesmo assunto, sendo o que a maioria decide por votação plenamente aceito. O interesse coletivo sempre prevalece sob o interesse individual de cada instituição. A figura 5 mostra a

organização das plenárias do Conselho Gestor.

Figura 5: Apresentação das temáticas ao Conselho Gestor da APA BF.



Fonte: Da autora.

A análise documental das atas evidenciou o respeito aos preceitos democráticos, em processo de construção e consolidação de espaços públicos participativos, onde as instituições conselheiras representam as diversas interfaces da sociedade, com as suas diferentes visões e interesses, e em seu conjunto buscam a proteção ambiental e a sustentabilidade do território da APA da Baleia Franca. A metodologia adotada nas plenárias, além de possibilitar a manifestação dos conselheiros e da sociedade como um todo, contribui para o processo de construção e fortalecimento de espaços públicos não estatais e para proposição de políticas públicas ambientais, na perspectiva da gestão sustentável dos recursos naturais de forma democrática e participativa.

7 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Este estudo possibilitou o aprofundamento teórico e prático de um processo muito rico no que diz respeito à gestão pública ambiental em unidades de conservação, sendo constados também vários elementos importantes sobre metodologias participativas aplicadas em uma unidade de conservação de uso sustentável, a APA da Baleia Franca, situada no Estado de Santa Catarina.

Dentre os principais aspectos observados e que podem ser destacados nesse estudo, estão os seguintes:

- i. O aspecto democrático da participação nas reuniões plenárias e nas câmaras técnicas;
- ii. A metodologia utilizada nas reuniões das camaras tecnicas, que embora não tenha um regimento interno, possui uma dinâmica que facilita e proporciona a participação de todos de forma sistemática;
- iii. A preocupação com a integração da sociedade e comunidade nas plenárias;
- iv. A busca por uma articulação com a sociedade local, de modo que os conflitos existentes em função do uso dos recursos naturais no território da APA possam ser solucionados de forma consensual;
- v. Ficou constatado no processo a busca constante da valorização das entidades que participam do conselho gestor, destacando a importância de trazer e contribuir com informações complementares;
- vi. A responsabilidade que todos reconhecem ter, em nome das instituições que representam;
- vii. O estudo destacou a importância do ordenamento territorial e zoneamento econômico-ecológico em um ambiente conflituoso, tal como o ambiente costeiro onde esta inserido o território da APA da Baleia Franca;
- viii. A articulação das ideias e dos saberes populares e a sua integração com o conhecimento científico constitui-se um importante processo para tomada de decisões onde o espaço

proporcionado pelo Conselho Gestor configura-se de grande importância;

- ix. A preocupação e a busca por um outro modelo de desenvolvimento aliado a conservação dos recursos naturais tem se constituído em questões emergentes ao longo do processo de construção e consolidação do Conselho Gestor da APA da Baleia Franca.

O estudo revelou a importância e a necessidade de fortalecimento do conselho gestor em uma unidade de conservação, e, sobretudo o uso de metodologias participativas para gestão pública ambiental. O questionário foi elaborado, de modo a contribuir com a pesquisa e no aprimoramento das discussões. Mesmo sem a sua aplicação, o presente trabalho mostrou de forma sucinta a importância de metodologias participativas em ambientes costeiros. Interesses incompatíveis estão presentes na maioria das UCs, porém regiões que aliam participação à gestão tornam-se casos de sucesso, servindo até mesmo de preceito para áreas com conflitos semelhantes.

Como recomendação para futuros estudos, a aplicação do questionário poderá proporcionar uma compreensão mais detalhada dos diferentes pontos de vista dos envolvidos no processo de gestão da APA BF, contribuindo com o desenvolvimento de metodologias participativas significativas e evitando percalços no gerenciamento costeiro.

REFERÊNCIAS

BALEIA FRANCA. Projeto Baleia Franca: Pesquisa e conservação. Disponível em: <<http://www.baleiafranca.org.br/>> Acesso em 09 nov. 2012.

BRASIL, Decreto nº 4.340 de 22 de Agosto de 2002. Regulamenta artigos da Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, e dá outras providências. Brasília, 22 de Ago. 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4340.htm> Acesso em 05 nov. 2012.

BRASIL, Decreto nº 5.758 de 13 de Abril de 2006. Institui o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas - PNAP, seus princípios, diretrizes, objetivos e estratégias, e dá outras providências. Brasília, 13 Abr. 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5758.htm> Acesso em 06 nov. 2012.

BRASIL, Decreto nº 5.300 de 07 de Dezembro de 2004. Regulamenta a Lei no 7.661, de 16 de maio de 1988, que institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro - PNGC dispõe sobre regras de uso e ocupação da zona costeira e estabelece critérios de gestão da orla marítima, e dá outras providências. Brasília, 07 Dez. 2004. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004/2006/2004/decreto/D5300.htm> Acesso em: 08 out. 2012.

BRASIL, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO). Disponível em: < <http://www.icmbio.gov.html>>. Acesso em: 12 ago. 2012.

BRASIL, Lei nº 7661, de 16 de maio de 1988. Institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro e dá outras providências. Brasília, 16 maio 1988. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7661.htm> Acesso em 05 nov. 2012.

BRASIL, Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasília, 18 jul. 2000 Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm> Acesso em: 12 ago. 2012.

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro. Brasília, 03 dez. 1997. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/estruturas/orle/arquivos/pngc2.pdf>> Acesso em 18 set. 2012.

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. **Projeto Gestão Integrada das Unidades de Conservação Marinho-Costeiras do Estado de Santa Catarina**. Florianópolis: Instituto Synthesis, 2003. 318 p. Disponível em: <www.aprender.org.br/giuc.pdf>. Acesso em 09 nov. 2012.

BRITO, Maria Cecília Wey de. **Unidades de conservação**: intenções e resultados. São Paulo : Annablume: Fapesp, 2000. 230 p.

CASTRO JUNIOR, Evaristo de; COUTINHO, Bruno Henriques; FREITAS, Leonardo Esteves de. Gestão da biodiversidade e áreas protegidas. In: GUERRA, Antonio José Teixeira; COELHO, Maria Célia Nunes (Org.). **Unidades de conservação**: abordagens e características geográficas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. 296p.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia Científica**. 5ª ed. São Paulo: Prentice hall, 2002. 242 p.

CORDEIRO, Renato Caporali (Org.). **Desenvolvimento e Meio Ambiente no Brasil**: A contribuição de Ignacy Sachs. Porto Alegre: Palloti; Florianópolis: APED, 1998. 448 p.

CÔRTE, Dione Angélica de Araujo. **Planejamento e gestão de APAs**: enfoque instucional. Brasília: Instituto Brasileiro do meio Ambiente e dos Recursos Renováveis, 1997. 106 p.

CRESWELL, John W. **Projeto de Pesquisa**: Métodos qualitativo, quantitativo e misto. 2. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2007. 248 p.

DANIEL, Luiz Antonio. Parceria da Universidade na Gestão dos Recursos Hídricos. In: FREITAS, Maria Isabel Castreghini de; LOMBARDO, Magda Adelaide (Org.). **Universidade e Comunidade na Gestão do Meio Ambiente**. Rio Claro: AGETEO, programa de Pós Graduação em Geografia – UNESP – Rio Claro, projeto UCENPARCERIAS – UNESP/Universidade de Auburn (EUA). 2000. 170 p.

DIAS, Genebaldo Freire. **Ecopercepção**: um resultado didático dos desafios socioambientais. São Paulo: Gaia, 2004. 63p.

DOUROJEANNI, Marc j. **Áreas protegidas**: Conservação no âmbito do cone sul. [editado por] Alex Bager. Pelotas: edição do editor, 2003. 223 p.

DRUMOND, Maria auxiliadora. **Participação Comunitária no Manejo de Unidades de Conservação**: Manual de técnicas e ferramentas. Belo Horizonte: Instituto Terra Brasilis de Desenvolvimento Sócio Ambiental, 2002. 81 p.

FARIA, Andréa Alice de Cunha. Estratégias metodológicas para o fortalecimento de espaços públicos. In: SANTOS, Ailton Dias dos. (org.). **Metodologias Participativas**: Caminhos para o fortalecimento de espaços públicos socioambientais. São Paulo: Peirópolis, 2005. 180 p.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999. 150 p.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002. 4ª ed. 175 p.

GOMES, Paulo de Tarso; POZZEBON, Paulo Moacir Godoy. Técnicas de dinâmica de grupo. In: CARVALHO, Maria Cecília M.(Org.). **Construindo o saber: Metodologia Científica**. 22ª ed. Campinas, SP: Papyrus, 2011. 224 p.

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **Roteiro Metodológico para gestão de área de proteção ambiental**, APA. Brasília: Ed. IBAMA, 2001. 240 p.

LOUREIRO, Carlos Frederico; CUNHA, Claudia Conceição. Educação ambiental e Gestão Participativa de Unidades de Conservação: Elementos para se pensar a Sustentabilidade Democrática. **Revista Ambiente e Sociedade**. Campinas, v. 6, n. 2, p. 237-253, jul.-dez. 2008.

MACEDO, Heitor. **Processos participativos na gestão de Unidades de Conservação**. In: Anais do II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia. Florianópolis: UFSC, 2007. p. 289 – 304.

MACHADO, Carlos José Saldanha. **Gestão das águas: Mudanças Conceituais na Administração Pública Do Meio Ambiente: Gestão integrada das águas com participação social e negociação sociotécnica**. Ciência e Cultura, São Paulo, v. 55, n.4, p.24-26, 2003.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa: Planejamento e Execução de Pesquisas, Amostras e Técnicas de Pesquisa, Elaboração, Análise e interpretação de dados**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 277 p.

MARTINS, Gilberto de Andrade; LINTZ, Alexandre. **Guia para elaboração de monografias e trabalhos de conclusão de curso**. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2007. 117p.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 297 p.

MARRONI, Etienne Villela; ASMUS, Milton L. **Gerenciamento Costeiro: uma proposta para o fortalecimento comunitário na gestão ambiental**. Pelotas: Ed. da União Sul Americana de Estudos da Biodiversidade – USEB, 2005. 149 p.

MAY, Peter Herman; PARTUK, Marilia. **Turismo e áreas litorâneas: O caso da Bahia**. In: LOPES, Ignez Vidigal. et al.(Org.). **Gestão Ambiental no Brasil**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. 408 p.

OBSERVATÓRIO DO LITORAL. Núcleo de pesquisa da Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: < <http://observatoriodolitoral.ufsc.br/>> Acesso em: 07 nov. 2012.

PALERMO, Marco Antonio. **Gerenciamento Ambiental Integrado**. São Paulo: Annablume, 2006. 140 p.

PARAISO, Luciana Braga. Dilemas da Participação na Gestão de Unidades de Conservação: A experiência do projeto Doces Matas na RPPN Mata do Sossego. In: ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemes; PEREIRA, Doralice Barros (Org.). **A insustentável leveza da Política Ambiental: Desenvolvimento e Conflitos Sócioambientais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. 288 p.

PEREIRA, Doralice Barros. Paradoxos no Papel do Estado nas Unidades de Conservação. In: ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemes; PEREIRA, Doralice Barros (Org.). **A insustentável leveza da Política Ambiental: Desenvolvimento e Conflitos Sócioambientais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. 288 p.

PEREIRA, Gustavo. **O Plano de Manejo e o seu Uso como Ferramenta de Gestão de Parques Nacionais no Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Seropédica, 2009. Disponível em: <www.if.ufrj.br/pgcaf/pdfdt/Dissertacao%20Gustavo.pdf>. Acesso em: 28 set. 2012.

PROJETO ORLA: **Fundamentos para gestão integrada**. Brasília: MMA/SQA; Brasília: MP/SPU, 2002. 78 p.

QUINTAS, José Silva. **Introdução a Gestão Ambiental pública**. 2. Ed. Brasília: Ibama 2006. 134 p.

RIBAS, Otto; NOVAES, Pedro da Costa. **Agenda 21 Brasileira: Bases para discussão**. Brasília: MMA/PNUD 2000. 196 p.

RIBEIRO, Helena. Comunicação como Instrumento do Planejamento e da Gestão Ambientais. In: RIBEIRO, Helena; VARGAS, Heliana Comin (Org.). **Novos Instrumentos de Gestão Ambiental Urbana**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001. 153 p.

SANTOS, Ailton Dias dos. **Metodologias Participativas: Caminhos para o fortalecimento de espaços públicos socioambientais**. São Paulo: Peirópolis, 2005. 180 p.

SEIXAS, Cristiana S. Abordagens e Técnicas de Pesquisa Participativa em Gestão de Recursos Naturais. In: VIEIRA, Paulo Freire; BERKES, Fikret; SEIXAS, Cristiana S.(Org.). **Gestão integrada e Participativa de recursos Naturais: conceitos métodos e experiências**. Florianópolis: Secco/APED 2005. 419 p.

TORNISIELO, Sâmia Maria Tauk. Gestão Ambiental, as Universidades e Parcerias. In: FREITAS, Maria Isabel Castreghini de; LOMBARDO, Magda Adelaide (Org.).

Universidade e Comunidade na Gestão do Meio Ambiente. Rio Claro: AGETEO, programa de Pós Graduação em Geografia – UNESP – Rio Claro, projeto UCENPARCERIAS – UNESP/Universidade de Auburn (EUA). 2000. 170 p.

TREMBLAY, Gaëtan. O engajamento da Universidade no Desenvolvimento Comunitário. In: TREMBLAY, Gaëtan; VIEIRA, Paulo Freire (Org.). **O Papel das Universidades no Desenvolvimento Local:** Experiências Brasileiras e Canadenses. Florianópolis: APED: Secco, 2011. 288 p.

VIEIRA, Paulo Freire; RAUD, Cécile; MORAES, Edmundo Carlos de Moraes. Uma estratégia de ecodesenvolvimento para a região litorânea Sudeste-Sul do Brasil. In: VIEIRA, Paulo freire; RIBEIRO, Mauricio Andrés; FRANCO, Roberto Messias; CORDEIRO, Renato Caporali (Org.). **Desenvolvimento e Meio Ambiente no Brasil:** A contribuição de Ignacy Sachs. Porto Alegre: Palloti; Florianopolis: APED, 1998. 448 p.

VIEIRA, P.F. et al. Universidade e desenvolvimento local: balanço da discussão. In: TREMBLAY, Gaëtan; VIEIRA, Paulo Freire (Org.). **O Papel das Universidades no Desenvolvimento Local:** Experiências Brasileiras e Canadenses. Florianópolis: APED: Secco, 2011. 288 p.

VOIVODIC, Ricardo Augusto de Almeida. **Gestão Ambiental e Gerenciamento Costeiro Integrado no Brasil:** uma análise do Projeto Orla em Cabo Frio – RJ. Rio de Janeiro: UFRJ / IGEO/PPGG, 2007. Disponível em: <www.ppgg.igeo.ufrj.br/index.php?option=com_docman...42>. Acesso em: 11 ago. 2012.

APÊNDICE(S)

APÊNDICE A – Termo livre de consentimento

UNESC - UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE

UNIDADE ACADÊMICA DAS CIÊNCIAS, ENGENHARIAS E TECNOLOGIAS

CURSO DE ENGENHARIA AMBIENTAL

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Prezado (a) Senhor (a),

Eu, Carlyle Torres Bezerra de Menezes, pesquisador da Universidade do Extremo Sul Catarinense, Curso de Engenharia Ambiental, Unidade Acadêmica de Ciências, Engenharias e Tecnologias, localizada na Avenida Universitária, nº 1.105, Criciúma, Santa Catarina, com e-mail cbm@unesc.net, e telefones para contato (48) 3431.2729 e (48) 91242765 vou desenvolver uma pesquisa cujo título é “GESTÃO PÚBLICA AMBIENTAL EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: ESTUDO DE CASO DA APA DA BALEIA FRANCA – SANTA CATARINA, BRASIL”, e que será realizada no âmbito de desenvolvimento de um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

O (a) sr (a). deverá ser plenamente esclarecido de que participando deste projeto, estará participando de um estudo de cunho acadêmico, que tem como objetivo principal “Avaliar os avanços e identificar dificuldades e barreiras encontradas nos processos de elaboração de planos de manejo em unidades de conservação de uso sustentável, em especial APA – Área de Proteção Ambiental, com ênfase e estudo de caso na APA da Baleia Franca, Santa Catarina, Brasil.

Não existirão despesas ou compensações pessoais para o participante em qualquer fase do estudo. Eu me comprometo a utilizar os dados coletados somente para pesquisa e os resultados serão veiculados através de artigos científicos em revistas especializadas e/ou em encontros científicos e congressos, sem nunca tornar possível a identificação dos participantes da pesquisa.

Embora o (a) Sr (a) venha a aceitar a participar neste projeto, estará garantido que o (a) Sr (a) poderá desistir a qualquer momento bastando para isso informar sua decisão. Deve ser esclarecido ainda que, por ser uma participação voluntária e sem interesse financeiro o (a) Sr (a) não terá direito a nenhuma remuneração. Desconhecemos qualquer risco ou prejuízos por participar dela. Os dados referentes ao Sr (a) serão sigilosos e privados, preceitos estes assegurados pela Resolução nº 196/96 do Conselho Nacional de Saúde, sendo que o (a) Sr (a) poderá solicitar informações durante todas as fases do projeto, inclusive após a publicação dos dados obtidos a partir desta, e que autoriza ainda a gravação da voz na oportunidade da entrevista.

A coleta de dados será realizada pela acadêmica Carina Carniato (fone: 48. 9981 9969) da 10ª fase da Graduação do curso de Engenharia Ambiental da UNESC e orientado pelo professor doutor Carlyle Torres Bezerra de Menezes (fone 48. 91242765). O telefone do Comitê de Ética é (48) 3431.2723.

Consentimento Pós-informação

Acredito ter sido suficientemente informado a respeito das informações que li ou que foram lidas para mim, descrevendo o estudo intitulado “GESTÃO PÚBLICA AMBIENTAL EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: ESTUDO DE CASO DA APA DA BALEIA FRANCA – SANTA CATARINA, BRASIL”.

_____ Data ____/____/____

Assinatura do Participante

Nome:

Endereço:

RG.

Fone: ()

_____ Data ____/____/____

Assinatura do(a) Pesquisador(a)

APÊNDICE B – Questionário elaborado para pesquisa

QUESTIONÁRIO E ROTEIRO DA ENTREVISTA ESTRUTURADA A SER
APLICADA COM OS CONSELHEIROS GESTORES DA APA BF

PROJETO E TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO: “GESTÃO PÚBLICA AMBIENTAL EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: ESTUDO DE CASO DA APA DA BALEIA FRANCA – SANTA CATARINA, BRASIL”.

ACADÊMICA: CARINA CARNIATO

PROFESSOR ORIENTADOR: PROF.DR. CARLYLE TORRES BEZERRA DE MENEZES

CURSO: ENGENHARIA AMBIENTAL/UNESC - UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE – CRICIÚMA/SC

QUESTIONÁRIO

Identificação:

1- Nome: _____

2- Instituição:

() Governamental

() Não governamental de caráter ambiental

() Usuários de recursos naturais

3- Município residente: _____

4- Ocupação: _____

5- Quanto tempo foi/é conselheiro: _____

6- De que maneira a sua atuação ou da instituição que representa contribuiu para a formação do plano de manejo?

R: _____

7- Na sua opinião qual seria a maior barreira para consolidação do plano de manejo?

R : _____

8- Quais os aspectos você considera importantes na elaboração de um plano de manejo ideal para a APA da Baleia Franca?

R: _____

9- Em sua opinião um conselho deve ser mantido consultivo ou deliberativo? Por que?

R: _____

10- Você considera que ao longo de discussão sobre os Planos de Ações e Plano de Manejo, alguns setores se mostraram mais empenhados nesse processo?

R: _____

11- Em caso afirmativo na questão anterior, qual ou quais?

- () Governamental
- () Não governamental de caráter ambiental
- () Usuários de recursos naturais

12- Quais aspectos na criação/elaboração do plano de manejo você acredita que tiveram maior evolução desde que é conselheiro?

R: _____

13- Você acredita na possibilidade que a elaboração de um plano de manejo seja mais eficaz a partir da participação efetiva da comunidade e do CONAPA da Baleia Franca?

R: _____

14- Em caso de resposta negativa, você acredita que apenas a elaboração do plano de manejo por parte de uma empresa de consultoria terceirizada será suficiente realização de um bom plano de manejo?

R: _____

15- Em caso afirmativo, quais aspectos você gostaria de destacar?

R: _____

16- Você considera importante a participação de instituições de ensino e pesquisas no comitê gestor? Por quê?

R: _____

17- Considera a reprodução das baleias francas como o principal fator para a proteção do habitat marinho-costeiro? Por quê?

R: _____

18- Se o local não fosse habitat de reprodução das baleias francas você consideraria importante à área ser considerada unidade de conservação com normas específicas? Por quê?

R: _____

19- Quais aspectos você considera positivos e quais negativos com relação ao aumento do número de baleias na região?

R: _____

20- Com relação ao início da implantação da unidade de conservação e os dias atuais, houve alguma modificação na sua forma de avaliar a importância da unidade de conservação? Se sim, que aspectos você considera que modificaram sua opinião?

R: _____

Observações: _____

ANEXO(S)

ANEXO A –